

ROSA MARIA ALVES DA COSTA

**GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO
CAMPO NA ILHA DE MOSQUEIRO
BELÉM/PARA/BRASIL: UM ESTUDO DE CASO**

Orientadora: Professora Doutora Ana Paula Lopes da Silva

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Ciências Económicas e das Organizações.**

Lisboa

2017

ROSA MARIA ALVES DA COSTA

**GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO
CAMPO NA ILHA DE MOSQUEIRO
BELÉM/PARA/BRASIL: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação defendida em provas públicas, na
Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias, perante o júri, nomeado pelo
despacho reitoral nº207/2017 de 08 de junho, com
a seguinte composição:

Presidente: Professor Doutor António Augusto
Teixeira da Costa

Arguente: Professora Doutora Felipa Cristina
Henriques Rodrigues Lopes dos Reis

Orientadora: Professora Doutora Ana Paula Lopes
da Silva

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS

Escola de Ciências Económicas e das Organizações

Lisboa

2017

EPÍGRAFE

A melhor maneira que a gente tem de fazer possível amanhã alguma coisa que não é possível de ser feita hoje é fazendo hoje aquilo que hoje pode ser feito. Mas se eu não fizer hoje aquilo que hoje pode ser feito e tentar fazer hoje aquilo que hoje não pode ser feito, dificilmente eu faço amanhã aquilo que hoje não pude fazer.

Paulo Freire

DEDICATÓRIA

À Unidade de Educação Bacuri na Ilha do Mosqueiro, Pará que me deu elementos suficientes para o desenvolvimento deste trabalho e acreditar nos resultados.

À minha família, que me oportunizou tempo para o estudo e pesquisa e me deu esperança para minha realização pessoal.

A todos os professores que foram importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento desta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, eternamente agradecida ao grande Deus, sempre presente e que me deu coragem para prosseguir.

À Professora Doutora Ana Paula Silva, minha orientadora incansável, que aceitou o meu desafio, pelo compartilhamento de seus conhecimentos, e o senso crítico eficaz e seguro às minhas dúvidas e ponderações, bem como por ter acreditado no meu potencial.

In Memoriam à Professora Stella Pessoa, pelo apoio, compreensão, força e estímulo pelo exercício e conclusão de meu trabalho profissional.

À Professora Therezinha Gueiros, pelo incondicional apoio aos meus propósitos de ser uma pessoa melhor a cada dia e por acreditar na minha capacidade em realizar meus ideais de crescimento e aperfeiçoamento de meu desempenho profissional.

À Professora Rosineli Salame, pelo incentivo e solidariedade aos meus planos de trabalho e estudo para realização profissional e na busca de meu aperfeiçoamento.

As profissionais Luanda Freire, Heliane Modesto, Monica Lima, Célia Pena, Sonia Santos, Monica Brito, Helena Picanço e Daniel Reis pelo entendimento dos meus desafios de vencer na carreira e nos propósitos de realizar meus ideais em busca de meu crescimento e aperfeiçoamento profissional.

À bibliotecária Maria das Graças Pena, pelo trabalho crítico, de revisão e formatação do texto, bem como por acreditar no meu trabalho e projeto de vida.

Aos professores do curso de pós-graduação desta Universidade pelo empenho que dedicam aos alunos em mostrar-lhes o melhor caminho.

À equipe da Unidade de Educação Infantil Bacuri que me conferiu a honra, e acreditou na minha capacidade, de poder fazer o melhor para a Unidade.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram com o desenvolvimento do meu trabalho.

RESUMO

O presente trabalho versa sobre a Gestão escolar da educação infantil do campo, fazendo uma análise reflexiva sobre a importância da participação das famílias atribuída pela gestão da Unidade de Educação Infantil – UEI Bacuri, Distrito Damos em Belém, Pará. A pesquisa foi de caráter qualitativo, sendo esta do tipo descritivo-exploratória, fazendo-se necessário a realização de entrevistas com a equipe gestora (gestora e professores) e família que compõem a unidade escolar objeto desta pesquisa.

Desta forma, a pesquisa se deu pela realização de um Estudo de Caso que objetivou descrever os aspectos relacionados a gestão escolar com ênfase na gestão democrática e participativa das famílias no ambiente escolar. O critério para escolha da referida instituição, se deu pelo fato de ser a única Unidade de Educação Infantil localizada na região do campo na ilha de Mosqueiro em Belém, Pará. Neste estudo, a amostra da pesquisa está composta por uma equipe gestora de cinco integrantes da escola e quatro representantes das famílias de ambos os gêneros, que de alguma forma fazem parte da comunidade no qual a unidade escolar está inserida.

Devido ao tipo de gestão desenvolvida na unidade, a comunidade participa da construção do processo, busca interagir conjuntamente nas ações educativas e apoia a UEI no sentido de dividir responsabilidades, tendo em vista que a educação é um processo coletivo e de compromisso social.

Palavras Chave: Gestão Escolar, Gestão Democrática, Gestão Participativa, Educação Infantil do Campo

ABSTRACT

The present work deals with the school management of children 's education in the countryside, reflecting on the importance of family participation attributed by the management of the Infant Education Unit - UEI Bacuri, Damos District in Belém, Pará. The research was qualitative, Being this descriptive-exploratory type, making it necessary to conduct interviews with the management team (manager and teachers) and family that make up the school unit object of this research.

In this way, the research was carried out by the accomplishment of a Case Study that aimed to describe aspects related to school management with emphasis on the democratic and participatory management of families in the school environment. The criterion for choosing this institution was the fact that it is the only Infant Education Unit located in the field region on the island of Mosqueiro in Belém, Pará. In this study, the research sample is composed by a management team of five members Of the school and four representatives of families of both genders, who are somehow part of the community in which the school unit is inserted.

Due to the type of management developed in the unit, the community participates in the construction of the process, seeks to interact jointly in educational actions and supports the UEI in the sense of dividing responsibilities, since education is a collective process and social commitment.

Keywords: School Management, Democratic Management, Participatory Management, Early Childhood Education

ABREVIATURAS E SIGLAS

LDB – Lei de diretrizes e bases da educação Nacional

ONG – Organização não Governamental

PPP - Projeto Político Pedagógico

LBA - Legião Brasileira de Assistência

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

MEC - Ministério da Educação

PNE - Plano Nacional de Educação

FMAE - Fundação Municipal de Assistência ao Estudante

SEMEC - Secretaria Municipal de Educação

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	14
1 GESTÃO EDUCACIONAL	15
1.1 GESTÃO ESCOLAR.....	17
1.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	21
1.3 GESTÃO PARTICIPATIVA	22
2 GESTÃO EMPRESARIAL.....	23
2.1 A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA A GESTÃO EMPRESARIAL.....	23
2.1.1 Planejamento	25
2.1.2 Organização	26
2.1.3 Direção.....	26
2.1.4 Controle	27
3 A EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO.....	28
3.1 EDUCAÇÃO INFANTIL.....	29
3.1.1 Aspectos legais da Educação Infantil no Brasil.....	30
3.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO	32
3.3 A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO	36
4 ANALISANDO A GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA ILHA DO MOSQUEIRO	43
4.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL DA UEI BACURI NA ILHA DO MOSQUEIRO	44
4.1.1 O locus da pesquisa – a ilha de Mosqueiro	46
4.1.2 A UEI Bacuri	47
PARTE II- ESTUDO EMPÍRICO	50
5 METODOLOGIA	51
5.1 CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO.....	51
5.2 Problema de pesquisa	51
5.3 TIPO DE PESQUISA	52
5.3.1 ESTUDO DE CASO	53
5.4 SUJEITOS DA PESQUISA	53
5.5 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	55
5.6 PROCEDIMENTOS	55
5.7 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	57
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	59
6.1 ANÁLISE DOS DADOS E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	59
6.1.1 ENTREVISTA COM AS FAMÍLIAS.....	59
6.1.2 ENTREVISTA COM AS PROFESSORAS	62
6.1.3 ENTREVISTA COM A GESTORA	65
6.2 Aplicação do plano de ação na unidade de ensino UEI Bacuri	66
6.2.1 Integração escola e família: princípios para uma gestão na educação infantil democrática.....	67
6.2.1.1 “Aula divertida”: participação inicial da família.....	68
6.2.1.2 Formação para famílias: um convite diferente para participar da gestão escolar.....	70
CONCLUSÃO	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	75
APÊNDICES	I
APÊNDICE I – MATRIZ DE CONSTRUÇÃO DE INQUÉRITO COM A FAMÍLIA.....	II
APÊNDICE II – MATRIZ DE CONSTRUÇÃO DE INQUÉRITO COM O PROFESSOR	VI
APÊNDICE III –MATRIZ DE CONSTRUÇÃO DE INQUÉRITO PARA O GESTOR/COORDENADOR(A).....	VIII

APÊNDICE IV – QUESTIONÁRIO COM A FAMÍLIA	IX
APÊNDICE V – ENTREVISTA COM OS PROFESSORES	XII
APÊNDICE VI – QUESTIONÁRIO	XIV
APÊNDICE VII – MATRIZ ANÁLISE DE CONTEUDO FAMÍLIA	XVI
APÊNDICE VIII – MATRIZ ANÁLISE DE CONTEUDO PROFESSOR.....	XVIII
APÊNDICE IX – MATRIZ ANÁLISE DE CONTEUDO GESTOR	XX

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Pórtico de Entrada da Ilha de Mosqueiro, Belém-PA.....	45
Figura 2. Mapa físico geográfico da Ilha do Mosqueiro.....	47
Figura 3. Fachada de entrada da UEI Bacuri, Ilha de Mosqueiro, Belém-PA.....	48
Figura 4. Comunidade ribeirinha típica da região da UEI Bacuri, Ilha do Mosqueiro.....	50

INTRODUÇÃO

O presente trabalho realiza uma análise reflexiva sobre a importância da participação das famílias atribuída pela gestão Institucional da Unidade de Educação Infantil – UEI Bacuri, Distrito Damos em Belém, Pará, Brasil.

Este é um estudo qualitativo, que, segundo Ludke e André (1986, p.18), “é o que se desenvolve em uma situação natural, é rica em dados descritivos, tem um plano aberto, reflexivo e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”. Desta forma, teremos melhor aplicabilidade de análises e interpretações sócio educacionais.

A relação dinâmica do mundo real e do sujeito, indissociável para o mundo objetivo, bem como a subjetividade de cada um não poderá ser traçado por números. Assim, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados básicos do processo remetem a análises interpretativas na gestão da Unidade de Educação Infantil acima referida.

Esta dissertação versa, assim, sobre a educação infantil no campo e a abordagem investiga o significado da gestão escolar, visando a participação da família, fluindo das informações colhidas no campo da pesquisa, aos arredores da cidade de Belém.

Desta forma, esta investigação orientou-se pelas seguintes questões:

- 1) Quais as ações da prática gestora que contribuem para a inserção das famílias de uma escola de educação infantil do campo nos processos de gestão participativa?
- 2) De que modo família e a escola de educação infantil convivem em processo de colaboração para melhorar a qualidade da educação?

E visou os seguintes objetivos:

- 1) Identificar as ações da prática gestora que contribuem para a inserção das famílias de uma escola de educação infantil do campo nos processos de gestão participativa;
- 2) Investigar a relação da família e escola de educação infantil em processo de colaboração para a melhoria da qualidade da educação.

Após a caracterização do estudo de caso, serão dados resultantes do trabalho desenvolvido em relação aos recursos existentes e análise da situação à luz dos pressupostos teóricos e da metodologia aplicada, com o fim de prover qualidade às ações empreendidas para melhor formação do aluno, e a participação da família, como elo para atingir objetivos.

O trabalho se desenvolve em quatro eixos fundamentais

- 1) Discorre sobre a Gestão Educacional com ênfase na gestão escolar, democrática e participativa, no Capítulo I.
- 2) Aborda a Educação Infantil com foco sobre a educação no campo, no Capítulo I.
- 3) Enfoca a gestão da educação na Unidade de Ensino Infantil na Ilha do Mosqueiro, o lócus da pesquisa, no Capítulo I.
- 4) Apresenta a metodologia que foi empregada para caracterizar a pesquisa realizada com análise situacional do local e atividades desenvolvidas com resultados da experiência implantada, análise e interpretação dos dados, nos Capítulos II e III, respectivamente.

Este trabalho finaliza-se com Conclusão, a seguir à quais se apresentam as referências bibliográficas e os Apêndices com os materiais de trabalho produzidos pela pesquisadora no decorrer do trabalho empírico.

Na redação desta dissertação, foram seguidas as Normas APA para elaboração e apresentação de Teses de Doutorado, aplicáveis às dissertações, trabalhos de projeto e relatórios de estágio de Mestrado, com base no Despacho N° 30/2014, assinado em 7 de julho de 2014.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1 GESTÃO EDUCACIONAL

Esta é uma sessão fundamental de todo e qualquer estudo científico, pois é nela que se aborda o que já foi escrito e debatido sobre o assunto proposto, apresentando fundamentação teórica para a explicação dos resultados obtidos na pesquisa. Nesta sessão a finalidade é demonstrar a ponto de vista de autores especialistas na temática e qual a contribuição desses estudos para a ciência.

Desta forma, esta sessão tem por finalidade apresentar a base teórica que compõe a pesquisa, expondo os conceitos fundamentais que ajudaram a responder o problema de pesquisa levantado. Portanto, é elemento de suma importância para a elaboração de toda e qualquer pesquisa científica.

A Gestão educacional constitui um instrumento integrante e essencial no plano administrativo escolar, faz um panorama geral partindo dos elementos que compõem a gestão democrática e participativa.

A educação brasileira vem passando por inúmeras transformações no decorrer dos últimos anos, a gestão do ensino merece atenção especial por ter conceito diferido e enfoque limitado na administração interna.

A gestão educacional contribui no processo de soluções, devido o sistema operacional e a complexidade dos problemas escolares, carecem de uma aplicabilidade holística e demandam ações, que segundo (Lück, 2014), serão articuladas, dinâmicas e participativas.

A construção histórica da gestão educacional resulta do processo de transformações sociais, econômicas e políticas, ao qual o ambiente escolar foi submetido ao longo dos anos. É caracterizada por contradições e interesses políticos, e torna uma gestão que não é neutra, nem abstrata, mas possui a finalidade em si mesma. Tem o poder de adaptar-se aos sistemas políticos e econômicos do Estado, que está inserida e reflete fortemente o posicionamento político dos gestores que a assumem (Ribeiro e Chaves, 2012).

A gestão educacional pressupõe entendimento diferente da realidade, de elementos envolvidos, ação das pessoas que abrange séries de concepções, a interatividade social.

Pressupondo a consciência de que a realidade dos sistemas de ensino e das escolas pode ser mudada sempre - e somente - na medida em que seus participantes tenham consciência de que são eles que a produzem com seu trabalho colaborativo, na medida em que ajam de acordo com essa consciência (Kosik, 1976).

A expressão gestão educacional abrange a gestão de sistemas de ensino e escolar.

Portanto, quando se fala sobre gestão educacional, faz-se referência à gestão em âmbito macro, aos órgãos superiores dos sistemas de ensino, e micro, às escolas.

Este trabalho focaliza a gestão como conceito abrangente, portanto, envolve, necessariamente, os dois âmbitos de ação em vez de focalizar exclusivamente a escola, porque se entende que sua concepção deve estar presente no sistema, a fim de que possa ser efetivamente praticada no estabelecimento de ensino.

Lück (2014, p.43) enfatiza que a gestão surge para superar, dentre outros aspectos, carência:

- a) de orientação e de liderança clara e competente, exercida a partir de princípios educacionais democráticos e participativos; b) de referencial teórico-metodológico avançado para a organização e orientação do trabalho em educação; c) de uma perspectiva de superação efetiva das dificuldades cotidianas pela adoção de mecanismos e métodos estratégicos globalizadores para a superação de seus problemas.

Neste contexto de gestão, o que demanda maior enfoque é a forma com que os problemas educacionais são encarados e conduzidos. As carências elencadas acima pela autora são de fato bastantes presentes no ambiente escolar e precisam ser inseridas em um modelo de gestão que vise à resolução ou amenização dos problemas educacionais, vivenciados no cotidiano de uma instituição de ensino.

A gestão educacional ganhou notoriedade e passou a ser não apenas uma expressão que substitui a administração escolar, como ferramenta estratégica que possibilita o alcance de metas macros, partindo de paradigmas, aliados aos objetivos traçados e executados por ações participativas e democráticas, na gestão global.

O modelo de gestão educacional globalizado caracteriza-se pela participação efetiva de todos que compõem a estrutura da organização escolar, professores, diretores alunos e comunidade.

Neste processo de gestão as famílias são de suma importância para a construção do processo político e cultural da escola, pela qualidade do ensino dentro e fora do ambiente escolar (Moreira, 2012).

Ressalta-se, a gestão educacional, em caráter amplo e abrangente, do sistema de ensino, e a gestão escolar, que se constituem em área estrutural de ação na determinação da dinâmica e da qualidade do ensino.

Mediante a gestão se estabelece a unidade, o direcionamento, o ímpeto, a consistência e a coerência à ação educacional, a partir do paradigma, ideário e estratégias adotadas para tanto. Em vista disso, é necessário reforçar em última instância, a melhoria nas ações em processos educacionais de ensino e aprendizagem.

Nas estatísticas, elevadas taxas de repetência, evasão, distorção idade-série, baixos índices de aprendizagem, revelam desperdícios na área educacional, falta de liderança e competência, orientação teórico-metodológica, perspectiva, proativa e superação das dificuldades cotidianas e de avanços estratégicos observados neste contexto.

A qualidade do ensino, necessária e preconizada, determina: que a população alcance melhor nível de qualidade de vida, anseio de desenvolvimento, e os seus múltiplos aspectos internos e externos à escola e sistema de ensino.

A abrangência de um sistema de gestão educacional envolve a articulação dinâmica de um conjunto de ações: prática social na unidade; ou conjunto de unidades de trabalho e o enfoque orientador da ação organizadora e orientadora de ensino, macro (sistema) micro (escola) e interação.

1.1 Gestão Escolar

Entende-se por gestão escolar toda e qualquer atividade administrativa escolar destinada à realização do planejamento, organização, liderança, orientação, mediação, coordenação, monitoramento e avaliação dos processos que buscam a efetivação das ações educacionais dirigidas para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos (Lück, 2009).

É uma das áreas de atuação profissional na educação que foca na organização escolar propriamente dita e tem como meta o aluno, sua aprendizagem e, principalmente, sua formação. Caracteriza-se por envolver todos os membros que participam da comunidade escolar e podem contribuir para que haja excelência no ensino-aprendizagem.

A gestão escolar é uma ferramenta de fundamental importância para a escola de maneira que possibilite a participação transparente e democrática de todos os que fazem parte do contexto escolar. Tal modelo de gestão surge do grande desafio de operacionalizar as políticas de educação no cotidiano da escola, o qual, em décadas passadas era autoritário e

hierárquico, com esse novo paradigma, tornou-se democrática e voltada a todos e a comunidade escolar participa da tomada de decisão (Souza, 2012).

Segundo Souza (2012), direcionar e mobilizar ações que sustentem e dinamizem a cultura das escolas é uma das competências da gestão escolar, uma vez que são orientadas para a obtenção de resultados oriundos de ações conjuntas, associadas e articuladas para este fim. Neste processo de gestão o diretor escolar exerce um papel de suma importância, haja vista que é o mesmo que organiza e planeja todas as ações para a obtenção dos resultados esperados.

Na escola, o diretor é o profissional a quem compete a liderança e organização do trabalho de todos os que nela atuam, de modo a orientá-los no desenvolvimento de ambiente educacional capaz de promover aprendizagens e formação dos alunos, no nível mais elevado possível, de modo que estejam capacitados a enfrentar os novos desafios que são apresentados (Lück, 2009 p.17).

Neste sentido, o papel do gestor escolar não se resume meramente à administração do estabelecimento de ensino, mas a de um agente responsável por mudanças, porém, é preciso incorporá-lo à modernização. Mudanças rápidas e velozes ocorrem em todos os setores, algumas são mais visíveis como no caso da área tecnológica, e, precisamos acompanhá-las. É preciso entender que a educação não é uma área inerte, as transformações ocorrem à medida que nosso foco - o aluno- interage com o mundo externo.

O gestor atual deve gerenciar com responsabilidade e motivação, preocupado com a formação continuada de sua equipe, interagindo com a comunidade escolar, atualizando-se e compartilhando conhecimentos. Gerenciar é tarefa de quem está à frente da empresa.

A escola é uma empresa que precisa administrar recursos, possuir um grupo técnico (professores), um grupo administrativo cujo objetivo é atender e oferecer serviços especializados a sua clientela (alunos).

O gerente do processo educacional precisa perceber o ambiente educacional e seus componentes, como organização que tem missão, objetivo a ser alcançado e os recursos a serem administrados, liderar e planejar, com a participação dos envolvidos no cenário escolar, organizando, dirigindo e controlando o processo administrativo, utilizando-se de concepções e ferramentas administrativas, visando o alcance dos objetivos e metas.

O diretor escolar é o líder, mentor, coordenador e orientador principal da vida da escola e todo o seu trabalho educacional, não devendo sua responsabilidade ser diluída entre todos os colaboradores da gestão escolar,

embora possa ser com eles compartilhada. Portanto, além do sentido abrangente, a gestão escolar constitui, em caráter delimitado, a responsabilidade principal do diretor escolar, sendo inerente ao seu trabalho a responsabilidade maior por essa gestão (Lück, 2009 p.23).

Uma vez que objetivos e metas foram traçados pelo diretor, outro profissional entra em ação e exerce sua função dentro do processo de gestão escolar, o docente. Os professores são profissionais que influem diretamente na formação dos alunos, a partir de seu desempenho baseado em conhecimentos, habilidades e atitudes e, sobretudo, por seus horizontes pessoais, profissionais e culturais. De sua postura diante da vida, dos desafios, da educação e das dificuldades do dia-a-dia depende a qualidade de seu trabalho. Professores bem formados e informados são fundamentais para a orientação competente de seus alunos. Sua atuação junto de seus alunos deve ser aberta, com forte liderança e perspectivas positivas orientadas para o sucesso. Professores com elevadas expectativas no sentido de fazer diferença na aprendizagem de todos e cada aluno são aqueles que mais contribuem para a formação desses (Lück, 2009)

Neste processo de gestão escolar, cada um exerce função específica, os funcionários e colaboradores diretos ajudam na construção do ambiente para efetivação de seus processos educacionais. Sua atuação contribui de forma significativa para o trabalho educativo, tendo em vista a infraestrutura que oferece sua presença nos vários segmentos da escola.

No entendimento da responsabilidade educacional depende a qualidade de seu trabalho e a repercussão na formação dos alunos. Portanto, o envolvimento no processo de gestão escolar se torna fundamental, mediante a participação em processos de decisão e nas reflexões sobre o sentido da educação e o papel da escola. Escolas eficazes são aquelas que envolvem os funcionários na equipe geral da escola, desde o delineamento do seu projeto político-pedagógico, até a discussão de projetos especiais da escola utilizando suas leituras e ideias como fonte de referência, de modo a agregar valor a esses projetos e valorizar a sua contribuição à escola (Lück, 2009).

Conforme a LDB define, compete aos professores, dentre outros aspectos: i) participar efetivamente da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; ii) elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica elaborada; iii) zelar pela aprendizagem dos alunos; iv) estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; v) ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento nacional; vi) colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (LDB, Art. 13, Lück, 2009, p.21)

Além da direção e dos funcionários que compõem a administração da unidade escolar, os alunos, elemento fundamental para existência da gestão escolar, uma vez que os mesmos têm um papel de bastante destaque e função específica neste processo, pois é o foco da escola e para quem devem ser voltadas suas ações, de modo que todos tenham o máximo sucesso nos estudos que realizam para sua formação pessoal e social.

Entretanto, devem ser envolvidos em ambiente e experiências educacionais estimulantes, motivadoras e de elevada qualidade. O gosto e hábito de aprender se torna o alvo principal da escola para que os alunos obtenham sucesso no desenvolvimento de seu potencial.

Segundo esse princípio, a pedagogia escolar de qualidade é aquela centrada no aluno, que tem nele sua formação e aprendizagem como ponto de partida e chegada à determinação dos planos de ação e avaliação de sua efetividade (Lück, 2009).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento que reflete a proposta educacional da escola. É através dele que a comunidade escolar pode desenvolver um trabalho coletivo, cujas responsabilidades pessoais e coletivas são assumidas para a execução dos objetivos estabelecidos.

É o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando as exigências legais do sistema educacional, bem como as necessidades, propósitos e expectativas da comunidade escolar. Revela o modo de pensar e agir dos membros que participam da sua elaboração, expressa a cultura da escola e, ao mesmo tempo, contribui para desenvolver seus valores e crenças transformando assim a sua realidade.

Para isso é preciso primeiro conhece - lá. Em seguida reflete-se sobre ela, para só depois planejar as ações para a construção do objetivo desejado.

É imprescindível que nessas ações estejam contempladas as metodologias mais adequadas para atender às necessidades sociais e individuais dos educandos. A qualificação profissional, remuneração, jornada de trabalho, tempo livre para estudos e a atuação dos professores em atividades extraclasse, são condições indispensáveis para se ter pessoas responsáveis e competentes na construção da proposta da escola.

Possibilitar aos seus membros, a tomada de consciência de problemas e possíveis soluções, estabelecendo parâmetros.

A presença do debate democrático possibilita critérios coletivos no processo elaborativo, assimila significado comum a diferente agente educacional, colaborando com identificação do trabalho desenvolvido na escola.

1.2 Gestão Democrática

É baseada na construção de parcerias com a comunidade que mostramos o êxito de qualquer projeto educacional que tem como meta o desenvolvimento da cidadania e a construção da identidade da escola. O PPP define a intencionalidade e as estratégias da escola.

Só poderá ser percebido dessa maneira, se assumir uma gestão democrática, ou baseado na coletividade. Ela será eficaz na medida em que gera o compromisso dos colaboradores da escola com a proposta educacional e com o destino da instituição.

O PPP é um mecanismo eficiente e capaz de proporcionar a escola condições de se planejar, buscar meios, e reunir pessoas e recursos para a efetivação desse projeto.

É através dos princípios democráticos apontados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, aporte legal da escola na elaboração da sua proposta pedagógica. De acordo com os artigos 12, 13 e 14 da LDB, a escola tem autonomia para elaborar e executar sua proposta pedagógica, porém, deve contar com a participação dos profissionais da educação e dos conselhos ou equivalentes na sua elaboração.

Apesar das escolas se basearem em normas gerais da educação, as unidades escolares se diferenciam entre si, cada instituição tem suas necessidades e princípios específicos. Outro ponto que as diferem é a região em que cada escola se situa, bem como os desejos de cada membro envolvido na construção do projeto educativo.

Um PPP voltado para construir e assegurar a gestão democrática se caracteriza por sua elaboração coletiva.

Para promover com qualidade a formação de comunidades escolares coesas e comprometidas com a promoção de educação de qualidade é necessária uma gestão democrática que envolva todos.

Criando a cultura organizacional escolar caracterizada pela participação e envolvimento de todos, de forma colaborativa, na superação das naturais dificuldades do processo educacional, assim como, a promoção de experiências inovadoras em gestão educacional, sua disseminação e o intercâmbio das mesmas.

Neste sentido, para que se desenvolva uma gestão educacional democrática é necessário que os professores se familiarizem com concepções e processos de gestão, com condições para que, como membros da escola, participem de forma efetiva do processo de planejamento do projeto pedagógico.

A integração entre reflexão e ação por profissionais atua em âmbito de gestão educacional e escolar, tornam efetivos os resultados educacionais mais positivos, tendo o foco da aprendizagem dos alunos e sua formação.

1.3 Gestão Participativa

Nessa compreensão da gestão democrática, Paro (2003, p. 15), defende que a comunidade é o “real substrato de um processo de democratização da escola. Assim a participação das famílias por meio do diálogo, da integração é o meio privilegiado para o encaminhamento das ações no coletivo”. Como destaca Nonato (2009, p.02):

“A escola deve ser por si só espaço de participação, ações que promovam oportunidade para comunidade escolar, oriente como deve ocorrer essa participação, algo que não é fácil, acarretado pela história de uma cultura autoritária a qual ainda se vivencia”

Lück (2006, p.35-48) relaciona cinco formas de participação, duas delas serão expostas, a primeira citada, por considerar a participação como presença, não se caracteriza como forma de participação. A segunda, Lück (2006, p.40) expõe a participação como:

Expressão verbal e discussão de ideias [...] a oportunidade que é dada as pessoas de expressarem suas opiniões [...] – enfim, o uso da liberdade de expressão – é considerada como espaço democrático de participação e, portanto, a grande evidência de participação. A participação com essas características é, portanto, muitas vezes limitada... não passa de simples verbalização de opiniões...

Segundo Lück (2006 p. 44-47). A participação como tomada de decisão participar implica poder, vale dizer, delegar responsabilidades por decisões tomadas em conjunto com a coletividade e o enfrentamento dos desafios de promoção e avanços. É a participação como engajamento que representa o nível mais pleno de cooperação implica envolver-se dinamicamente nos processos sociais e assumir responsabilidade por agir com empenho, competência e dedicação, visando promover os resultados propostos e objetivos desejados.

2 GESTÃO EMPRESARIAL

Diante os desafios existentes no mundo corporativo, mudanças devem ser adotadas no que concerne uma nova visão estratégia para enfrentá-los, no qual competências e habilidades são levadas em consideração para desenvolver uma boa gestão empresarial. Desta forma, a busca pela excelência na gestão está intrinsecamente ligada a estratégias competitivas cuja finalidade é agregar valor ao negócio da empresa, tornando-a competitiva no mercado.

Antes de abordar os aspectos conceituais de gestão empresarial é válido conhecer o conceito de gestão que consiste no ato de gerir, administrar, conduzir, gerenciar, coordenar. Fazendo sua correlação com as empresas, surge o conceito claro e objetivo do que seja gestão empresarial nada mais é do que o ato de administrar todos os processos gerenciais de uma empresa, dos mais simples aos mais complexos. Portanto, o termo gestão passou a expressar de forma mais comum a intercessão direta dos gestores nos sistemas e procedimentos empresariais.

A Gestão empresarial é tida como um modelo de trabalho fundamentada e conduzida por princípios, valores e estratégias, buscando viabilizar o alcance dos objetivos propostos por uma organização.

2.1 A importância do planejamento estratégico para a Gestão Empresarial

Para que toda e qualquer empresa se mantenha no mercado de forma competitiva é necessário que haja um planejamento ao longo da sua gestão. O planejamento determina os objetivos a serem alcançados em determinado espaço de tempo, conduzindo a empresa para a excelência na gestão corporativa.

No entanto, para se compreender este processo Silva (2001, p.89) comenta que “o planejamento, é a parte fundamental da administração, e tem suas origens nas mais remotas civilizações, desde o momento em que o homem precisou realizar tarefas e organizar recursos disponíveis”.

De acordo com Kotler (1992, p.63), “planejamento estratégico é definido como o processo gerencial de desenvolver e manter uma adequação razoável entre os objetivos e recursos da empresa e as mudanças e oportunidades de mercado”.

Planejamento estratégico é o processo que fixa as grandes orientações que permitem às empresas modificar, melhorar ou fortalecer a sua posição face à concorrência. É uma

ferramenta de apoio à gestão com vista ao desenvolvimento futuro da empresa, especificando a forma e os *timings* de execução.

Deste modo, o planejamento estratégico é um importante instrumento de gestão para as organizações. Constitui uma das mais importantes funções administrativas e é através dele que o gestor e sua equipe estabelecem os parâmetros que vão direcionar a organização da empresa, a condução da liderança, assim como o controle das atividades. O objetivo do planejamento é fornecer aos gestores e suas equipes uma ferramenta que os forneça informações para a tomada de decisão, ajudando-os a atuar de forma pró-ativa, antecipando-se às mudanças que ocorrem no mercado em que atuam.

Fica claro que o planejamento estratégico adotado e desenvolvido pelas organizações assume relevância empresarial significativa uma vez que tem a função de direcionar os gestores para as mudanças que podem acontecer no decorrer do processo. Portanto cabe ao gestor saber empregar eficazmente os instrumentos do planejamento estratégico.

Saber utilizar os instrumentos do planejamento de forma coerente, adaptando-os à realidade da empresa e às suas necessidades, pode ser então uma excelente arma competitiva. Para utilizá-la eficazmente, é importante que os gestores conheçam bem cada um dos elementos do planejamento e suas funções, assim como as mudanças que estão ocorrendo no contexto competitivo, as quais estão influenciando na própria prática do planejamento e lançando alguns desafios para a sua gestão nas empresas.

Desta forma que toda e qualquer empresa, seja ela grande, média ou pequena, familiar ou não, necessita ter em seu quadro funcional pessoas qualificadas para enfrentar os problemas que surgem no dia-a-dia, sem que com isso os objetivos organizacionais sejam afetados. Para isso ao profissional de administração foram imputadas as funções de planejar, organizar, direção e controle.

O administrador assume uma função muito importante dentro de uma organização, visto que tem o papel de planejar, organizar, executar e controlar. As medidas tomadas pelo administrador, bem como seu modelo de gestão são fatores que contribuem para que se alcance os resultados organizacionais.

2.1.1 Planejamento

Segundo Chiavenato (2003), nenhuma organização trabalha baseada em improviso. As que tentaram não permaneceram no mercado por muito tempo. O planejamento é fator de suma importância para o sucesso organizacional e se configura como a primeira função administrativa por ser a que serve de base para as demais.

De acordo com Park (1997, p. 238) “planejamento é o processo contínuo de tomar decisões de modo que estas sejam cumpridas de acordo com uma organização sistemática, ou seja, é prever as ações futuras racionalmente”.

É nesta fase que o administrador determina antecipadamente as metas necessárias para se alcançar os objetivos organizacionais. No Planejamento os objetivos têm que ser claros, sendo estes o ponto de partida da primeira função do administrador (Chiavenato, 2003).

Stoner (1999, p.5) diz que:

Planejar significa que os administradores pensam antecipadamente em seus objetivos e ações, e que seus atos são baseados em algum método, plano ou lógica, e não em palpites. São os planos que dão à organização seus objetivos e que definem o melhor procedimento para alcançá-los.

De acordo com Araújo (2004), planejar significa definir o futuro da empresa, suas metas e todas as ações voltadas para ações a curto, médio e longo prazo com o propósito de alcançar os objetivos organizacionais.

Para Maximiano (2002, p. 105), “o planejamento consiste em uma ferramenta que as pessoas e as organizações usam para administrar suas relações com o futuro. É uma aplicação específica do processo decisório”.

O planejamento estratégico é bem mais amplo e abrange toda a organização, possuindo como características a projeção dos objetivos a longo prazo, envolvimento de toda a organização e é definido pela cúpula da organização. Já o planejamento tático abrange os departamentos ou setores de uma organização, visando o estabelecimento de ações isoladas, sendo projetado para o médio prazo (Chiavenato, 2003).

2.1.2 Organização

Segundo Park (1997, p. 327) “organização consiste em um conjunto de atitudes e comportamentos não formalizados, que influenciam na distribuição de responsabilidade e nas relações de poder, numa empresa ou instituição”.

De acordo com Maximiano (2002, p. 111):

Organizar é o processo de dispor qualquer conjunto de recursos em uma estrutura que facilite a realização de objetivos. O processo de organizar tem como resultado o ordenamento das partes de um todo, ou a divisão de um todo em partes ordenadas.

A palavra organização pode assumir vários significados como: organização social e organização formal. A primeira diz respeito a uma entidade com objetivos a serem alcançados, já a segunda diz respeito ao ato de organizar, ou seja, arrumar (Chiavenato, 2003).

“Organizar é o processo de arrumar e alocar o trabalho, a autoridade e os recursos entre os membros de uma organização, de modo que eles possam alcançar eficientemente os objetivos da mesma” (Stoner, 1999, p. 7).

Sendo assim, segundo Lacombe (2003) organização é a arte de empregar todos os recursos disponíveis a fim de alcançar um determinado objetivo. Esta é a segunda função do administrador tão importante quando a primeira e que serve de embasamento para o restante, pois sem ela não se pode dar andamento às ações estabelecidas para se alcançar os objetivos organizacionais (Chiavenato, 2003).

2.1.3 Direção

Segundo Maximiano (2002, p. 119) “o processo de direção consiste em realizar as atividades planejadas que envolvem dispêndio de energia física e intelectual”.

De acordo com Chiavenato (2003) a direção se configura como a terceira função do administrador. Nesta fase o administrador tem por objetivo coordenar as pessoas, conduzindo-as para se chegar na obtenção dos resultados organizacionais. Significa dirigir, influenciar e motivar os empregados a realizar tarefas essenciais. É o processo de mobilizar e acionar os recursos, especialmente as pessoas, para realizar as atividades que conduzirão aos objetivos. Assim como os demais processos a abrangência da direção também se dá nível global, departamental e a nível operacional.

Chiavenato (2004) aponta que orientar significa determinar a posição de alguém perante os pontos cardeais, encaminhar, guiar, indicar o rumo a alguém. Quando um colaborador ingressa na organização, ou quando a organização faz mudanças, as pessoas precisam sentir em que situação se encontra e para onde devem conduzir suas atividades e esforços.

Para o processo de aplicação de pessoas nas organizações ser bem-sucedido, um fator muito importante deve ser levado em consideração, a cultura organizacional. Este elemento é indispensável para a ambientação do novo colaborador, sendo que neste momento é que poderá perceber se o mesmo conseguiu se adaptar às características da empresa (Dutra, 2002).

2.1.4 Controle

Para Araújo (2004, p. 170) “estando a organização devidamente planejada, organizada e liderada, é preciso que haja um acompanhamento das atividades, a fim de se garantir a execução do planejado e a correção de possíveis desvios”

Segundo Chiavenato (2003) controlar é o processo de assegurar a realização dos objetivos e de identificar a necessidade de modificá-los. Envolve os seguintes elementos:

- Estabelecer padrões de desenvolvimento;
- Medir o desempenho atual;
- Comparar o desempenho atual com os padrões estabelecidos;
- Caso sejam detectados desvios, executar ações corretivas.

Enquanto o planejamento abre o processo administrativo o controle fecha. Da mesma forma como o planejamento possui níveis de abrangência o controle também pode ser estabelecido através dos setores da organização (Chiavenato, 2003).

Stoner (1999, p.7) diz que: “através da função de controlar, o administrador mantém a organização no caminho escolhido”.

Desta forma, é através da função controle que a organização tem a possibilidade acompanhar se a execução está conforme o planejado. Vale ressaltar que quanto mais completo, definido e coordenado for o planejamento seu controle se torna menos complicado, ao contrário de um plano complexo e com maior demanda de tempo que requer um controle mais austero, portanto é por meio desta função que o administrador garante que a empresa esteja caminhando corretamente em buscas de seus objetivos organizacionais.

3 A EDUCAÇÃO INFANTIL DO CAMPO

A educação infantil e seus desdobramentos no campo, bem como as concepções acerca do assunto são abordados segundo a LDB/96 em seu texto legal como um dos elementos fundamentais no processo pedagógico, haja vista que é tida como a primeira etapa da Educação Básica, tendo como objetivos principais, educar e cuidar, se estendendo também para a Educação no Campo.

Segundo a Constituição de 1988, o direito à educação é para todos os brasileiros, sejam eles habitantes de áreas rurais ou urbanas, e ao definir a Educação Infantil como o primeiro nível da educação básica constituiu um espaço a ser ocupado por um amplo contingente de crianças que até então estava sem um espaço educacional institucional garantido. Portanto, a educação no campo é alvo de estudos, pesquisas e principalmente de políticas públicas no que tange o seu melhoramento e na sua abrangência no processo de ensino e aprendizagem.

É um desafio para todos que compõem a instituição e a comunidade rural, na estimulação, construção gradual e autonomia em um espaço aconchegante que não ofereça risco a segurança das crianças. É importante ressaltar o conhecimento e a integração na proposta pedagógica os saberes das famílias sobre práticas educativas, os costumes locais as formas de organização da família, os ritmos daquela população e das crianças.

A construção da Educação Infantil do campo requer, portanto, movimentos de aproximação e diferenciação, tanto em direção ao acúmulo da Educação Infantil como em direção ao acúmulo da educação das populações do campo, nos marcos das discussões mais amplas de Educação e de projeto de sociedade. Requer também que cada área esteja disposta à criação de um campo dialógico, o que necessariamente implica: - Reorganizar perspectivas e pontos de vista pessoais e institucionais; pautar e problematizar, a partir dos movimentos sociais e sindicais do campo e da infância, a questão da educação coletiva das crianças de zero a seis anos de idade do campo; repensar a organização política da Educação Infantil e da Educação do Campo nos sistemas nacional, estadual e municipal de educação; reorganizar estratégias de formação de professores (as). (Silva, 2012, p. 83 - 84).

3.1 Educação Infantil

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica assegurada na Constituição Brasileira de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996, pressupõe a universalização do acesso da criança à instituição formal de ensino.

A Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, Lei nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996, (LDB), coloca a criança como sujeito de direitos em vez de tratá-las, como ocorria nas leis anteriores a esta, como objeto de tutela. A mesma lei, proclama pela primeira vez na história das legislações brasileiras a Educação Infantil como direito das crianças de 0 – 6 anos e dever do Estado, ou seja, todas as famílias que desejarem optar por partilhar com o Estado a educação e o cuidado de seus filhos deverão ser contempladas com vagas em creches e pré-escolas públicas.

No entanto, o processo histórico da Educação infantil no Brasil foi sendo construída gradativamente, a partir do momento em que se intensificou a industrialização no país, a inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho e a chegada dos imigrantes europeus no Brasil, os movimentos operários ganharam força. Eles começaram a se organizar nos centros urbanos mais industrializados e reivindicavam melhores condições de trabalho; dentre estas, a criação de instituições de educação e cuidados para seus filhos.

Segundo Souza (2007 p. 15-16)

A educação institucionalizada de crianças pequenas surgiu no Brasil no final do século XIX. [...] O setor privado da educação pré-escolar, voltado para as elites - os jardins-de-infância de orientação fröebeliana-, já tinham seus principais expoentes no Colégio Menezes Vieira no Rio de Janeiro, desde 1875, e na Escola Americana anterior a isso. [...]. No setor público, o jardim-de-infância da Escola Normal Caetano de Campos, que atendia à elite paulistana, foi inaugurado apenas em 1896, mais de vinte anos depois das fundações da iniciativa privada. O jardim-de-infância da Escola Caetano de Campos, cujo trabalho pedagógico se baseava em Fröebel, tinha como princípios educativos os conteúdos cognitivo e moral. Nas duas primeiras décadas do século XX, foram implantadas em várias regiões do Brasil, as primeiras instituições pré-escolares assistencialistas.

Ao longo desse processo histórico a Educação Infantil tinha apenas o cunho assistencialista, ou abrigar crianças na instituição para que as mulheres pudessem exercer suas atividades profissionais ao longo do dia.

Observou-se que pouco se fazia pelas crianças que passavam o dia nestas instituições, daí a necessidade de repensar no desenvolvimento educacional.

Em 1975, o Ministério da Educação assumiu responsabilidades criando a Coordenação de Educação Pré-Escolar para crianças de 4 a 6 anos.

Ainda assim, o governo continuou promovendo, em paralelo, políticas públicas descoladas da Educação. Em 1977, foi criada, no Ministério da Previdência e Assistência Social, a Legião Brasileira de Assistência (LBA), com o objetivo de coordenar o serviço de diversas instituições independentes que historicamente eram responsáveis pelo atendimento às crianças de 0 a 6 anos.

Essas instituições divididas em ações comunitárias, localizadas e mantidas por associações e agremiações de bairros; confessionais, instituições religiosas; filantrópicas relacionadas a organizações beneficentes. A LBA extinta em 1995, onde Governo Federal continuou a repassar recursos às creches por meio da assistência social.

A luta por uma Educação infantil voltada para o desenvolvimento da criança foi grande, na década de 80 iniciou-se um enfoque na criança, que culminou no seu reconhecimento legal na Constituição Brasileira de 1988.

A partir disto a Educação Infantil colocada como parte integrante da Constituição. Anos depois, com Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei federal 8069/90), entre os direitos estava atendimento em creches e pré-escolas as crianças até 6 anos de idade.

Pela primeira vez na história, a Constituição do Brasil faz referência a direitos específicos das crianças, que não sejam os circunscritos no âmbito do Direito da Família.

Neste sentido, a educação infantil, educação pré-escolar ou educação pré-primária consiste na educação das crianças antes da sua entrada no ensino obrigatório. É ministrada normalmente no período compreendido entre 0 e 5 anos de idade de uma criança. Neste tipo de educação, as crianças são estimuladas, através de atividades lúdicas e jogos, a exercitar a capacidade motora, cognitivas, iniciando, a alfabetização.

3.1.1 Aspectos legais da Educação Infantil no Brasil

No Brasil considera-se como educação infantil o período de vida escolar em que se atende, pedagogicamente, crianças com idade entre 0 e 5 anos e 11 meses.

A Lei de Diretrizes e Bases e a Educação Nacional chama o equipamento educacional de crianças de 0 a 3 anos de "creche", crianças de 4 a 6 anos "pré-escola".

Na educação infantil a avaliação será mediante acompanhamento e registro de desenvolvimento, sem objetivo de promoção, para o acesso ao ensino fundamental.

A educação infantil de crianças abaixo de 6 anos é direito constitucional no Brasil, os municípios são responsáveis pelo provimento desta educação. Reconhecida pela LDB que definiu a educação infantil como primeira etapa de uma educação básica, as crianças de 0 a 6 anos.

Essa lei reconhece as atividades das creches e os serviços prestados a crianças de 0 a 3 anos e pré-escolas a crianças de 4 a 6 anos embora não obrigatórias, que fossem consideradas instituições educacionais.

Por determinação da lei Federal veio desenvolver, que os serviços de atendimento educacional para a primeira infância fossem integrados ao sistema educacional e que as políticas para este segmento fossem coordenadas pela área educacional.

Embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, atribuí ao Ministério da Educação, responsabilidade governamental pela educação infantil, persiste a disputa entre as áreas educacionais, e assistência social pela gestão, financiamento das pré-escolas e creches.

Como a Constituição é baseada em princípios democráticos e descentralizadores, a responsabilidade pela educação é partilhada nas três esferas de governo, podendo implantar o próprio sistema educacional.

O fornecimento da educação infantil responsabilizada aos municípios com autonomia de ação. Portanto, qualquer município pode criar, administrar e supervisionar seu próprio sistema de educação infantil (e primária), ou optar por seguir o sistema estadual.

Os estados não se envolvem na oferta de serviços de educação infantil, responsáveis pela regulamentação e supervisão de quaisquer serviços existentes nos municípios que não implantaram seu próprio sistema. Os estados também são responsáveis por oferecer cursos de formação a professores da educação infantil.

A educação infantil através da nova LDB passou a ser oferecida em espaços educacionais com propostas de caráter pedagógico, cabendo à União a coordenação da Política Nacional de Educação e, ao município, o oferecimento da educação infantil em creches e pré-escolas, mas ambas as instâncias mantêm como prioridade o ensino fundamental.

Aos Municípios competem cumprir normas complementares às leis maiores, autorizar, credenciar, supervisionar estabelecimentos, sistemas de ensino, inclusive particulares.

Recentes medidas modificaram atendimento das crianças pré-escola, alunos de 6 anos devem obrigatoriamente estar matriculados no primeiro ano do Ensino Fundamental.

Os dispositivos legais que estabeleceram as modificações citadas são os seguintes:

O Projeto de Lei nº 144/2005, aprovado pelo Senado em 25 de janeiro de 2006, e que resultou na lei nº 11.274/06, estabelece a duração mínima de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Essa medida teve o ano de 2010 como prazo para ser implantada pelos Municípios, Estados e Distrito Federal, fazendo com que a pré-escola, assim, atenda a *crianças de 4 e 5 anos de idade*.

Esta lei foi alterada pela de número 12.796 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. A novidade, o artigo 6º tornando "dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 anos"

O Brasil sempre sofreu a influência de métodos de ensino de outros países. Essa influência se nota na grande quantidade de colégios particulares estrangeiros no país, principalmente, os colégios de ensino bilíngue, no qual as crianças desde cedo tem o contato com uma língua estrangeira, além da língua pátria. No começo do século XX muitas escolas, hoje ditas tradicionais, se estabeleceram pelo país.

Segundo Nascimento (2010), alguns municípios privilegiaram a implantação ou aprimoramento da pré-escola e do ensino fundamental em detrimento da creche que, por suas características, apresenta um custo elevado, dificultando, assim, a participação de verbas públicas na ampliação e manutenção desse atendimento.

A inserção da Educação Infantil ao sistema regular de ensino definiu as instituições que atuam com essa faixa etária, como instituições educativas, sejam elas públicas ou particulares com fins lucrativos ou particulares sem fins lucrativos. São responsáveis, junto com as famílias, pela promoção do desenvolvimento das crianças, ampliando suas experiências e conhecimentos, além de garantir-lhes a higiene e saúde.

3.2 Educação do Campo

O processo histórico e legal de reconhecimento da Educação Infantil no Brasil se estende ao campo, haja vista que educação básica é direito de todos, urbana ou rural.

Ao longo dos anos a população rural vem sendo esquecida e a ausência de políticas públicas dificulta acesso à educação infantil.

Neste sentido, o reconhecimento das pessoas que vivem no campo tem direito a educação diferenciada daquela oferecida a quem vive nas cidades é recente e inovador, e

ganhou força a partir da instituição, pelo Conselho Nacional de Educação, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Nisto extrapola a noção de espaço geográfico e compreende as necessidades culturais, direitos sociais e a formação integral desses indivíduos (Secad, 2007).

Educação no campo é uma modalidade da educação que ocorre em espaços denominados rurais. Diz respeito a todo espaço educativo que se dá em espaços da floresta, agropecuária, das minas, agricultura e ultrapassa, chegando aos espaços pesqueiros, populações ribeirinhas, caiçaras e extrativistas. É destinada às populações rurais nas diversas produções de vida. Assim como serve também de denominação a educação para comunidades quilombolas, assentamentos, indígena (Munarim, 2008).

Na educação no campo é preciso considerar a diversidade contida nos espaços rurais, contemplando no currículo escolar as características de cada local, bem como os saberes ali presentes. Embora seja minoria no país, as escolas rurais precisam ter o seu funcionamento garantido (Ribeiro, 2007).

Em 2010, 88% dos estudantes da Educação Básica brasileira estavam matriculados em escolas urbanas. Deduz-se que 12% restantes estudam na zona rural. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) é clara na garantia dos direitos dessa minoria ao afirmar que, "na oferta de Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e região" (art. 28).

Na legislação, os camponeses e seus filhos deveriam ter assegurados organização escolar própria, calendário escolar adaptado, conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses da zona rural (incisos I, II e III, art. 28).

Entre 2002 e 2009, segundo dados do Ministério da Educação (MEC), mais de 24 mil escolas do campo foram fechadas no Brasil. Assistiremos o extermínio do ensino voltado às populações historicamente pobres e condenadas à ignorância.

Grande parte dos analfabetos brasileiros encontra-se nas zonas rurais. Em vez de corrigir erros do passado e proporcionar condições dignas a esse público, a opção tem sido realocar esses estudantes em escolas urbanas, quilômetros e horas distantes de suas moradias. O principal argumento é financeiro: escolas no campo são muito caras.

O ECA (lei nº 8069/90) prevê "acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência" (inciso V, art.53). Longas viagens em ônibus ou barcos não parecem respeitar essa legislação. Além de cansativas, idas e vindas elevam risco de acidentes.

Contudo, é importante notar os movimentos que operam pela reversão dessa tendência contra a Educação do campo. Primeiro, o projeto de lei nº 8035/2010, referente ao novo Plano Nacional de Educação (PNE), permeado de propostas que valorizam o setor.

Várias estratégias são explícitas nesse sentido, prevê direito à Educação Infantil para as comunidades rurais. O projeto também propõe estimular a oferta dos anos iniciais do Ensino Fundamental nas próprias comunidades rurais, aprimorar o transporte escolar e garantir a formação de professores e equipamentos - estratégias relacionadas à meta de universalização do Ensino Fundamental de 9 anos para toda população de 6 a 14 anos.

O segundo movimento vem com a campanha Fechar Escolas É Crime, na qual intelectuais, organizações não governamentais e sindicatos denunciam o ataque à Educação do Campo, cobrando intervenção das autoridades para defender os direitos dos camponeses (Molina, 2006).

A população urbana não tem o direito de impor os seus modos de vida, objetivos e maneiras de se relacionar com o mundo a ninguém. A escola do e no campo é uma forma de assegurar o respeito às culturas locais. Constitui um espaço de valorização da história e da relevante função social do povo que vive na zona rural. Seja no cumprimento da legislação existente, no aperfeiçoamento e fortalecimento de novas normas, os gestores brasileiros podem e devem se posicionar nesse "campo" em disputa (Souza, 2007b.)

Embora a concepção de educação do campo venha se fortalecendo nos últimos anos, vale destacar a situação pedagógica, infraestrutura é precária.

Por um lado, os estados, as escolas passaram por processo de nucleação – política municipal e/ou estadual de fechamento de escolas e abertura ou fortalecimento de escolas localizadas numa área central, entre bairros ou vilas rurais. Dessa forma, muitos alunos passaram a percorrer uma distância maior entre a moradia e a escola, tendo que ficar horas no transporte escolar. No que tange à prática pedagógica, a situação também é precária (Souza, 2008).

Atualmente, a legislação educacional brasileira apresenta vasta base legal a instituições, políticas públicas diferenciadas ao atendimento escolar das pessoas que vivem e trabalham no meio rural, conquistadas com a participação efetiva dos movimentos sociais do

campo. As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo foram instituídas pela Resolução CNE/CEB nº. 1, de 3 de abril de 2002 (BRASIL, 2002).

A implementação dessas diretrizes reivindicada historicamente nos movimentos sociais do campo, suas orientações referem-se às responsabilidades dos sistemas de ensino com o atendimento escolar sob a ótica do direito; implica respeito às diferenças e à política de igualdade, tratando a qualidade da educação escolar na perspectiva de inclusão.

A educação do campo, direcionada à população camponesa, realiza-se sob diferente iniciativa: por meio da educação formal, referindo à escolarização da população nos diferentes níveis de ensino (básico a superior), organizada pela rede pública, privada ou comunitária, e por meio da educação que parte da iniciativa de movimentos sociais, ONGs, pastorais, instituições de assistência técnica e de pesquisa, entre outras entidades da sociedade civil (Fernandes, 2005).

Com a realização da I Conferência Nacional por Uma Educação do Campo, no ano de 1998, sob iniciativas de diversos segmentos sociais, a expressão campo passa a substituir o termo rural.

Entende-se que, em tempos de modernização, com esta expressão “campo”, há uma abrangência maior de sociedades diversas que habitam as regiões do país que não se dizem urbanas. A partir desse novo conceito, a diferença entre Escola Rural e Escola do Campo torna-se visível e necessária, pois até esse momento o modelo educacional vigente não as diferenciava: a educação rural era predominantemente vista como algo que atendia a uma classe da população que vivia num atraso tecnológico, subordinado, a serviço da população dos centros urbanos (Souza, 2006).

A educação do campo está intimamente ligada à pedagogia do trabalho e da cultura, que precisa ser usada na construção do projeto político-pedagógico das escolas inseridas nesse meio, o qual, por sua vez, venha a valorizar o trabalho como princípio educativo. Por esse caminho, também por meio das relações culturais, a educação do campo busca compreender a diversidade de aspectos que constituem a memória coletiva de determinada sociedade, relacionando-a com o processo de ensino e aprendizagem, dando especial atenção à cultura (Souza, 2006).

Neste sentido, além de ser um projeto de renovação pedagógica, caracteriza-se por meio de gestos, símbolos (rituais, músicas, danças e teatros) e linguagens próprias da cultura camponesa, contrapondo-se, às atuais dimensões educativas com matrizes pedagógicas

esquecidas pelo predomínio da pedagogia da fala, da transmissão, do discurso do mestre para alunos silenciosos.

Os desafios são históricos. O compromisso com a escola do campo é um compromisso que integra a luta brasileira por uma educação básica, de qualidade, onde se pretende ampliar a educação para o povo brasileiro, ou seja, a educação como um direito do povo e dever do Estado (Souza, 2006).

A pedagogia da escola do campo deve inserir, no seu cotidiano escolar e no processo de ensino e aprendizagem, a educação popular, valorizando, assim, os sujeitos que a ela pertencem. Os currículos escolares precisam adequar-se ao movimento da realidade que os cerca. Por isso, a princípio, deve-se retirar o conceito de que a escola é mera transmissora de conhecimentos teóricos, já que é um espaço, por excelência, de formação humana (Fernandes, 2005).

3.3 A Importância da Família na Escola de Educação Infantil do Campo

É importante reconhecer o papel da instituição de educação infantil do campo em aumentar seu envolvimento com a comunidade onde está inserida, pois a participação das famílias nas escolas é uma necessidade para conhecer melhor cada criança e suas vivências. Essa forma de integração precisa ser realizada em busca de parceria, que favoreça a troca de saberes para que a mudança seja contínua, tendo como objetivo a socialização, o respeito mútuo e confiança entre as instituições.

Segundo Staccioli (2013, p.39) “uma atitude acolhedora é, portanto, mais que apenas ficar ao lado é dar lugar as experiências que as famílias oferecem as crianças, contudo esta presença é tão forte quanto uma aula tradicional”. Assim a escola é acolhedora quando tem um ambiente acolhedor, transformando a decoração, o ambiente, a forma de passar a informação, como horários espaços, organização dos funcionários e etc. promovendo reuniões, entrevistas, encontros festivos excursões que ressalte a necessidade de relacionamento entre escola e família. Contudo, as resistências podem acontecer, mas as mudanças acontecem gradativamente. Conforme Staccioli (2013, p.149.)

Um bom relacionamento entre a escola e família depende também da qualidade e da quantidade de comunicações que podem intercorrer, entre esses dois contextos educativos e da atenção que é dada a co-gestão de espaços comuns de experiência na escola da infância.

Isto significa que a escola precisa ter uma atitude de acolhimento as famílias se comunicando com as mesmas, estabelecendo um relacionamento mais harmonioso. A instituição de educação infantil deve buscar cumprir o seu papel de instituição transformadora deixando claros seus objetivos para as famílias, e acima de tudo se relacionando bem com as mesmas.

O acolhimento da criança na educação infantil está estritamente ligado ao acolhimento das famílias das quais elas provém, não podemos ignorar seus saberes, suas experiências para acolhê-los com objetivos semelhantes ao de educar as crianças de educação infantil. Como se refere Barbosa (2009 p. 87) “os seres humanos, grandes e pequenos necessitam de ambiente acolhedor, tranquilo, belo, alegre e promotor do prazer de viver e em comunidade”.

De acordo com Ferreira (2008) apud Seabra e Sousa (2010) o acolhimento é definido pelo bom ou mal recebimento, hospedagem, aceitação, abrigo e ou refúgio de alguém ou um grupo. Acolher uma criança e sua família na educação infantil significa recebe-las e aceita-las, de modo que ambas possam se sentir abrigadas, refugiadas, amparadas, protegidas e de fato acolhidas.

A expressão acolhimento é, comumente, utilizada no âmbito escolar para definir o recebimento de alunos e familiares no cotidiano da escola para que sua participação seja mais intensificada e a escola possa assim fazer um acompanhamento mais detalhado de cada aluno, com base em suas características familiares. O acolhimento tem a finalidade de tornar o relacionamento entre alunos, pais e escola agradável e, assim incentivar a participação desses agentes nas atividades escolares.

Para realizar o acolhimento das crianças, na perspectiva de Seabra e Sousa (2010) a instituição de educação infantil deve planejar o processo de adaptação de acordo com as suas concepções de educação e da criança, levando em consideração a sua realidade, pois existem diferenças sociais e econômicas que particularizam as escolas infantis, fazendo com que o planejamento mude em consonância com o regimento interno escolar. Nesse sentido, Seabra e Sousa dizem que: “a instituição deverá se organizar de acordo com seu calendário e do número de funcionários que terá para disponibilizar para este processo”. (Seabra e Sousa, 2010, p. 211).

A escola de educação infantil do campo, também deve ser a promotora desse ambiente favorável, onde tanto as crianças como as famílias se sintam bem no contexto escolar, acolhendo e ampliando conhecimento das mesmas, priorizando o bem estar para todos e garantindo a parceria da família com a escola. Portanto o papel da escola é gerar uma aproximação entre tais agentes e para que isso ocorra o ambiente escolar deve ser preparado respeitando a individualidade de ambos os agentes. Reda e Ujii (2009, p.10087) comentam que:

Criar um clima propício de aproximação não é tão simples. É preciso um olhar cuidadoso e atento para perceber o que aproxima as crianças. Esse tipo de ação contribui para a consolidação de vínculos afetivos e de vivência. Nesses casos, o que está em jogo é o exercício da convivência, são as pequenas ações que fazem prevalecer a comunhão de uns com os outros, a socialização, enfim a efetivação do processo de adaptação de sucesso.

É dentro desse espírito de acolher e compartilhar que não se pode deixar de citar a iniciativa do MEC, que instituiu a data de 24 de abril como Dia Nacional da Família na Escola. Nesse dia, todas as escolas são estimuladas a convidar os familiares das crianças para participarem de suas atividades educativas.

O acolhimento traz em si a dimensão do cotidiano, acolhimento todo dia na entrada, acolhimento após uma temporada sem vir à escola, acolhimento quando algum imprevisto acontece e a criança sai mais tarde, quando as outras já saíram, acolhimento após um período de doença, acolhimento por que é bom ser bem recebida e sentir-se importante para alguém. (Ortiz, 2000, p.4).

A educação infantil deve proporcionar momentos de integração das famílias com a escola, através do acolhimento, enfatizando sempre a importância dessa parceria e os benefícios que ela traz para as crianças. Neste sentido, o acolhimento na educação infantil tem a finalidade de fazer com quem alunos e familiares se sintam bem de um modo geral no ambiente escolar, no qual a participação nas atividades escolares seja incentivada cada vez mais

A gestão da educação infantil precisa ter a criança como centro do planejamento e isso só serão possíveis se em ação conjunta de gestão, professores, coordenador e demais profissionais se sintam comprometidos, com uma iniciativa coletiva oferecendo experiências significativas que estejam ao seu alcance, de acordo com Barbosa (2009, p. 88).

“Ressignificar o currículo é aprender a construir perguntas para a prática, compreendê-las, interrogá-las e reconstruir, com as crianças e a comunidade escolar”.

O principal desafio da gestão da escola é dar ênfase ao acolhimento das crianças e suas famílias, planejando, executando e registrando, bem como avaliar a prática e como se dá a relação da família com a escola. Pois, de acordo com Vasconcellos (2004, p.61), “A direção tem por função ser o grande elo integrador, articulador dos vários segmentos – internos e externos da escola cuidando da gestão e das atividades que venham acontecer a contento”, a(o) diretor(a) tem portanto a grande responsabilidade na articulação de projetos para integrar a família na escola.

Segundo Freire (2000 p. 30)

A mudança é uma constatação natural da cultura e da história. O que ocorre é que há etapas, nas culturas, em que as mudanças se dão de maneira acelerada. É o que se verifica hoje. As revoluções tecnológicas encurtam o tempo entre uma e outra mudança

Em outras palavras, em um pequeno intervalo de tempo, se vive um período de grandes transformações, muitas delas difíceis de serem aceitas ou compreendidas. E dentro dessa conjuntura está a família e a escola, ambas tentando encontrar caminhos em meio a esse emaranhado de escolhas, que esses novos contextos sociais, econômicos e culturais, lhes impõem.

É nesse cenário de constantes mudanças que a gestão tem um papel fundamental na vida social daqueles que frequentam a escola, o que merece reflexão sobre os conhecimentos que são construídos e o impacto que esses conhecimentos deixam tanto na vida das crianças como das famílias, temos que nos preocupar em deixar vivo o desejo de aprender a aprender e de fazer escolhas. Conforme Freire (2008, p.122) afirma “[e]nsinar a escolher deve ser a preocupação nos dias de hoje tanto da família como da escola”.

Educar, portanto, não é uma tarefa fácil, exige muito esforço, paciência e tranquilidade. Exige saber ouvir, mas também fazer calar quando é preciso educar. O medo de magoar ou decepcionar deve ser substituído pela certeza de que o amor também se demonstra sendo firme no estabelecimento de limites e responsabilidades. Deve-se fazer ver às crianças que direitos vêm acompanhados de deveres e para ser respeitado, deve-se também respeitar.

No entanto, para não tornar essa discussão por demais simples, é importante entender, que quando se trata de educar não existem fórmulas ou receitas prontas, assim como não se

encontra, em lugar algum, soluções milagrosas para toda essa problemática. Como já foi dito, “educar não é uma tarefa fácil”; ao contrário, é uma tarefa extremamente complexa. E talvez o que esteja tornando toda essa situação ainda mais difícil seja o fato de a sociedade moderna estar vivendo um momento de mudanças extremamente significativas.

A educação infantil é um processo pelo qual a criança passa para sua humanização e para isso é necessário a parceria entre família e escola, pois são duas instituições distintas, mas ambas têm o mesmo objetivo de educar para vida em sociedade como afirma Barbosa (2009, p.81):

Na Educação Infantil as crianças irão aprender atividades semelhantes às aquelas que vivenciam em suas famílias, como correr, brincar, fazer a higiene, mas no estabelecimento educacional essa experiência estará vinculada aos desafios da vida coletiva numa cultura diversificada.

A família é o primeiro grupo social que possibilita o desenvolvimento de uma criança, pois é no meio familiar que o indivíduo encontra afeto, carinho, aprende sobre princípios, valores, respeito, cultura e ética. É primordial que os membros da família saibam preparar seus filhos para a educação formal, escolar. É advinda dos pais a responsabilidade pela educação dos filhos, por isso é demasiadamente importante a integração da família no ambiente escolar conforme ressalta Bherig (2007, p.64).

Criar condições ambientes e atividades favoráveis para o desenvolvimento da criança é um dos objetivos comuns de ambas as instituições. Família e escola dividem e partilham suas responsabilidades no que diz respeito à educação e a socialização das crianças.

A família deve acompanhar de perto o que acontece na sala de aula, é imprescindível essa integração e interesse da família junto à escola do seu filho. O sucesso ou insucesso no processo de ensino aprendizagem depende efetivamente da integração da família, ela desempenha um papel decisivo na condução e evolução do sujeito.

É preciso que os pais se impliquem nos processos educativos dos filhos no sentido de motivá-los efetivamente ao aprendizado. O aprendizado formal ou a educação escolar, para ser bem-sucedida não depende apenas de uma boa escola ou de bons educadores, mas, principalmente, de como a criança é tratada em casa e dos estímulos que recebe para aprender.

É fundamental entendermos também que o aprender é um processo contínuo e não cessa quando a criança está em casa. Quando a família passa a perceber sua devida

importância nesse processo educativo na escola, ela possibilita a promoção da verdadeira educação significativa do sujeito como cidadão livre, autônomo e pensante.

É na família o lugar onde as pessoas buscam seu bem-estar, mesmo que a situação encontrada não seja aquela imposta pela sociedade. Deve ser pensada em conjunto, podendo sempre estar se modificando, isto porque, o mundo e as ideias encontram-se sempre em transformação e, para que haja mudança, é essencial que se compreenda como cada membro pensa e vive, pois conforme Dawbor (2008, p.121)

Estamos todos numa busca constante de ressignificar valores, de novas formas de saber fazer as coisas, frequentemente somos tomados por uma sensação de nos sentir defasados em relação ao que acontece no mundo, tamanha é a velocidade e a diversidade das transformações.

É importante ressaltar que não existe um “modelo pronto” do que “deve” ou “não deve” ser feito, pois, além de ser ineficiente, faz com que a família se sinta incapaz de encontrar soluções para seus problemas.

Contudo, todas essas mudanças também atingiram a escola e, dessa forma, começaram a surgir certos desencontros na relação família-escola. Se antes havia por parte da escola apenas o compromisso de passar conteúdos, agora ela passou a ser exigida e convocada a se preocupar com atitudes, valores, sentimentos, que também são ensinados. O acompanhamento familiar possibilita uma verdadeira aprendizagem na vida das crianças.

As famílias estão corretas em querer o sucesso nos estudos das crianças, contudo, ela precisa saber como tudo isso acontece, e aí sim será participante desse processo de ensino, pois a criança é produtora de cultura, sujeito de direitos, ou seja, um ser em potencial e não um adulto em miniatura.

Precisamos assegurar o direito das nossas crianças de serem humanizadas e a escola precisa deixar claro para as famílias que não é tarefa apenas da instituição de ensino, também é tarefa da família, pois a escola amplia os conhecimentos da criança, isto significa que o que ela traz de casa e como é aproveitado e ampliado pela escola por meio das experiências de aprendizagens. Para que isso aconteça, a família precisa participar desse processo, confirmamos esse olhar pontuado por Staccioli (2012, p.151).

Toda família tem necessidade de saber quais as experiências que a criança realiza na escola por isso é preciso testemunhar sistematicamente e com precisão as escolhas educativas, as atividades os percursos que são realizados pela escola. É preciso que os conteúdos da produção das crianças sejam apresentados de modo que evidencie mais os processos colocados em práticas pelas crianças do que os resultados alcançados.

Nosso pensamento se assemelha com o do autor, pois reforça que a família precisa saber o que seus filhos fazem na escola. Por mais que as famílias esperem a “escolarização” de seus filhos, elas irão estabelecer uma relação de acompanhamento das atividades desenvolvidas na escola, e perceber que seus filhos estão cada dia desenvolvendo seu aprendizado, e isto sim, é mostrar com clareza aos pais e chamá-los a ser participantes do processo.

A escola de educação infantil do campo também se insere nessa perspectiva, pois é preciso compreender e conhecer as famílias com as quais trabalha seu contexto social, sua formação, seus relacionamentos familiares, como são constituídas essas famílias. Por outro lado, é dever da escola compreender as famílias, pois se não forem aceitos e entendidos, podemos causar danos irreversíveis na criança, nossa atitude como escola precisa ser compreensiva e acolhedora e não excludente, de acordo com Staccioli (2013) “Esse estímulo é acolhido e incorporado e elaborado nos projetos das crianças. E os projetos das crianças são acolhidos pelos adultos” (p.114).

O envolvimento com as histórias pessoais de cada família ou de cada criança é importante para a escola, pois podemos identificar comportamentos, atitudes e sentimentos que são muitas vezes inexplicáveis e que podem estar relacionadas com o grau de participação que esta família estabelece com essa criança ou adolescente.

Vivemos em uma época que nossas crianças precisam ser criadas com certos limites. Ressaltamos que muitas vezes devido à falta de tempo que é dado pelas famílias aos seus filhos, muitos pais sentem-se no dever de dar a criança tudo o que ela quer, com o intuito de compensar o tempo que não estão juntas. Em alguns casos isso pode deformar o caráter da criança e dificultar o trabalho da escola, neste momento a escola assume a dupla responsabilidade de educar as crianças e as famílias.

A criança precisa ser educada e viver em grupo e ela precisa aprender a lidar com o “não”, com as regras, pois fazem parte da convivência em grupo e é na convivência com os adultos que esses limites vão se fortalecer, para que sejam trabalhadas as questões de liberdades das regras de convivência em grupo e a família passa por mudanças que as vezes atingem a educação dos valores para as crianças como afirma Dowbor (2008).

Portanto, a família é parte integrante do projeto pedagógico da escola de educação infantil do campo. A sua presença implica em envolvimento, comprometimento e colaboração

na formação integral de seu filho, intervindo qualitativamente no seu desenvolvimento integral, assim como é fonte de fortalecimento para garantir o processo de decisão democrática e participativa na escola em busca de um projeto com qualidade para a educação infantil.

4 ANALISANDO A GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA ILHA DO MOSQUEIRO

No município de Belém, capital do estado do Pará, a responsabilidade em planejar, desenvolver e promover a modalidade da educação infantil é da gestão municipal, seja na capital ou nos distritos pertencentes à cidade.

A Unidade é Educação Infantil Bacuri (UEI), localiza-se na Rua Osvaldo Medrada, bairro Baía do Sol, distrito de Mosqueiro, na grande Belém, Estado do Pará.

Funciona em período integral e atende até o nível da educação infantil, contando com um total de 75 alunos, tendo 18 alunos em média por turma.

A Comunidade Escolar atendida pela Unidade de Educação Infantil Bacuri, compreendida pelos bairros de Baía do Sol, Marahu, Paraíso, Sucurijuquara, Cajueiro, São Francisco e Carananduba, Curva da Mica, além dos Assentamentos Dorothy I, II e III, Paulo Fontelles, Mártires de Abril, Estrela do Amanhã, Ipixuna, Curvão, dentre outros, é bastante diversificada, visto que os alunos encontram-se nas seguintes situações socioeconômicas: famílias desestruturadas, desemprego, situação de risco, na sua totalidade grande parte são invasões regularizadas e irregulares, o que faz da comunidade um ambiente diversificado no qual a maioria depende de programas sociais, como bolsa família.

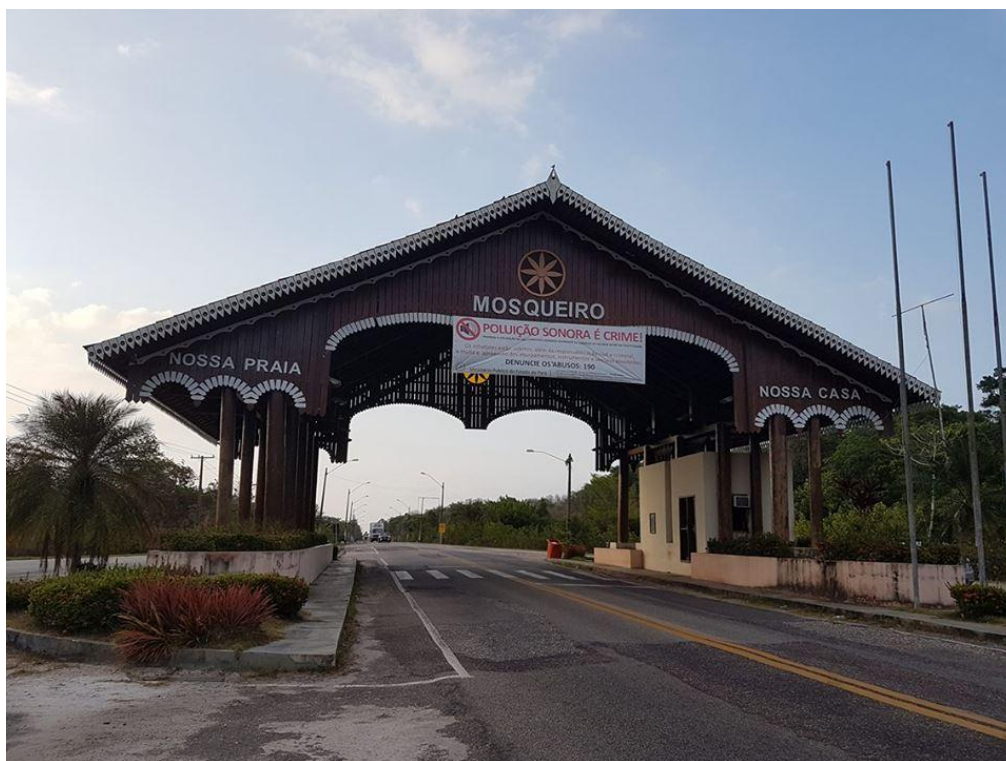


Figura 1 – Pórtico de Entrada da Ilha de Mosqueiro, Belém-PA.
Fonte: Dados da pesquisa

4.1 A Educação infantil da UEI Bacuri na Ilha do Mosqueiro

Na UEI Bacuri, estão matriculadas 75 crianças, na faixa etária de 2 a 4 anos, que frequentam as turmas do Maternal I, Maternal II e Jardim I em período integral, ou seja, entram às 7h30 e deixam a unidade apenas às 18 horas. Neste período, as crianças realizam quatro refeições: lanche, almoço, lanche da tarde e jantar fornecido pela Fundação Municipal de Assistência ao Estudante (FMAE).

Vinte e uma pessoas, sendo dez professoras realizam as atividades diárias na Unidade. Após a conclusão dos estudos no espaço, os alunos são direcionados a continuarem os estudos na escola municipal Lauro Chaves, localizada na Ilha.

Com base nos dados da matrícula 2016, nota-se o perfil dos alunos atendidos como pertencentes a uma classe média baixa, onde a carência é grande.

E, no momento em que os pais e responsáveis procuram pela unidade para realizar a matrícula, buscam também um espaço seguro e de qualidade para deixar os filhos enquanto desenvolvem suas atividades, o que garante o sustento da família.

Fator este que, muitas vezes, é o motivo principal pelo qual os pais, mães e responsáveis não costumavam participar da vida escolar dos filhos. Após detectar esta lacuna em reuniões, confraternizações e celebrações de datas comemorativas, uma estratégia começou a ser utilizada pela gestão escolar atual e vem trazendo bons resultados.

Esta ressignificação educacional, e a importância, influência da participação de responsáveis na vida escolar dos filhos, vêm mudar a realidade de alunos.

De acordo com a coordenadora da UEI, Telma Rego, “Estratégias são feitas para aproximar os pais da escola. Digo principalmente os pais porque são os mais resistentes. As mães vinham a certa frequência, mesmo que fosse pouca, os pais eram difíceis de trazer”.

A realização de visitas domiciliares se poderá conhecer um pouco da realidade dos pais e das nossas crianças. Este primeiro contato com a família nos proporciona conhecer espaço, costumes, modo de vida e condições das crianças a que estão submetidas.

A comunidade sendo carente de recursos financeiros, sociais e culturais, sobrevive sem o mínimo de qualidade de vida com falta de higiene, saúde, segurança muitas vezes sem conforto e privacidade. Este tipo de ambiente ameaça à integridade das crianças.

Logo, na UEI Bacuri, é preciso que os pais sejam de fato atuantes no processo educativo para que possam aprimorar a qualidade da educação de seus filhos e oportunizar melhores condições de vida.

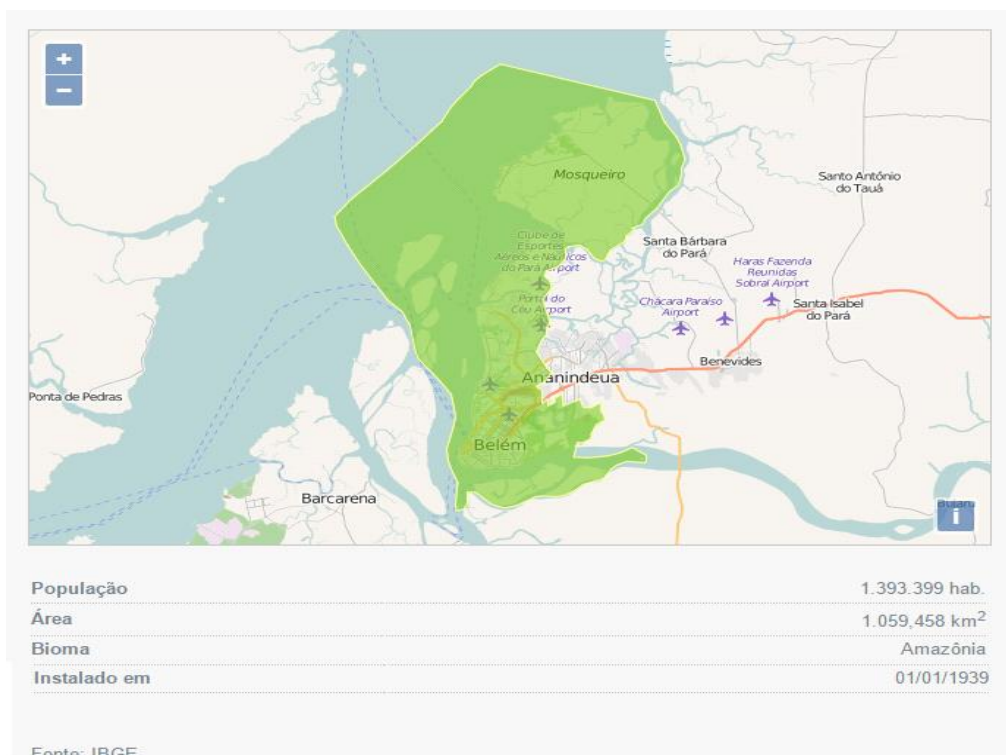


Figura 2 – mapa físico geográfico da Ilha do Mosqueiro

Fonte: Google Maps

4.1.1 O locus da pesquisa – a ilha de Mosqueiro

Distante a 80 quilômetros da cidade de Belém, a ilha de Mosqueiro possui mais de 17 quilômetros de praias em uma área de 212 km. A população é de aproximadamente 27 mil habitantes. Mosqueiro, ou Ilha do Amor, como é popularmente conhecida, é a maior ilha do município e contém 15 praias de água doce, entre elas: Paraíso, Farol, Chapéu Virado, Bispo, Baía do Sol, Areião, Marahú, Praia Grande, Prainha, Murubira (praia mais frequentada da Ilha), Porto Artur, Carananduba Ariramba e São Francisco.

O nome Mosqueiro tem origem indígena, devido à prática chamada moqueio, um método de conservação de origem indígena, que por muitos anos garantiu o transporte da carne de caça e do pescado até Belém.

Os nativos costumavam conservar os animais putrescíveis colocando-os em fumeiro próprio, sobre o moquém, uma espécie de grade ou jirau de varas espaçadas, confeccionada para tal operação. Sob o calor do fogo que subia e atingia o produto, este processo chegava a tostar o material. Na realidade, o peixe moqueado era defumado e conservado pelo carbono desprendido durante a queima da madeira.

A distância entre Mosqueiro e o centro de comercialização do produto fresco era muito longe, principalmente para embarcações que dependiam do vento e da maré. Então Mosqueiro tornou-se o ponto intermediário ideal para a moqueação dos peixes. O produto chegava a Belém, presos por cipós, alcançando altos índices de consumo. No preparo do moqueio, o índio fazia cortes bem finos no peixe, para melhor absorver o carbono. Por se parecerem com listras, esses cortes eram chamados pelos portugueses de “musqueia”. Assim, as palavras “moqueio” e “musqueia”, deram origem ao atual nome da ilha.

A pesca a principal fonte de sobrevivência dos moradores da ilha seguida de serviços realizados na casa de terceiros, reparo, manutenção das casas dos veranistas (caseiros) e um pouco menos comum, mas presente, o trabalho de pedreiro.

Na Ilha, bairros, vilas e comunidades ficam distantes umas das outras, existindo em alguns casos, até a dificuldade de locomoção por meio do transporte público. No bairro Baía do Sol, existe o povoado conhecido como Bacuri, por existir no local há tempos passado muitos pés da fruta, tipicamente paraense, está localizada a Unidade de Educação Infantil Bacuri, objeto de estudo deste trabalho.

4.1.2 A UEI Bacuri



Figura 3 – Fachada de entrada da UEI Bacuri, Ilha de Mosqueiro, Belém-PA.
Fonte: Dados da pesquisa

A Unidade de Educação Infantil Bacuri localizada no distrito de Mosqueiro, sítio Rua Osvaldo Medrada S/N, bairro Baia do Sol, é uma instituição de ensino circundado por mais de 08 áreas de assentamentos e ocupações, as quais possuem um número significativo de crianças entre 02 a 04 anos.

As crianças na faixa etária atendida pela UEI oriundas de famílias de baixa renda e a maioria de seus responsáveis utilizam a pesca para sobreviver, precisam trabalhar fora de casa, a maioria no mercado informal para o sustento dos filhos, complementado pelo programa Bolsa Família.

Além destes fatores sociais há decorrência de altos índices de criminalidade nesta região, gerando entre as famílias uma circunstância de pobreza, pelos pais serem presidiários ou cumprem regime de medidas disciplinar judicial, algumas crianças, já viveram em abrigos ou são cuidados pelos avôs, que por sua vez não tem condições suficientes para mantê-las, e outras os pais morreram pelas circunstâncias da criminalidade.

Diante desta realidade, a Unidade de Educação Infantil Bacuri é o único espaço na Comunidade que oferece a Educação Infantil em tempo integral, e talvez, para a maioria das crianças, o único ambiente que educa e cuida e que lhes oferece alimentação digna.

Portanto, essa Unidade necessita que seja renovada por esse Conselho, a autorização de funcionamento, e credenciamento, e continue atendendo crianças com o Educar/Cuidar adequando-se à resolução nº 22/CME de 28 de novembro de 2012, acompanhada das Diretrizes Curriculares da Educação Infantil e do Regimento das U.E.Is.

O primeiro instrumento a ser realizado na UEI Bacuri, um campeonato de futebol, reunindo e aproximando os pais dos estudantes. Isto fez com que houvesse a proximidade da escola com o pai, e o pai com o filho

Em cada encontro, de maneira descontraída foram mostradas a escola e família caminhando juntas, consolidando a consciência dos pais na participação na vida dos filhos.

A qualidade do atendimento oferecido aos filhos foi intensificada. Além das ações encontradas dentro do Plano Político Pedagógico na UEI, o carinho ao atender as crianças é que torna diferente e único.

Pouco tempo depois da nova tática de aproximação utilizada, observa-se que de fato a estratégia tornou-se uma experiência exitosa. A frequência dos pais e responsáveis melhorou muito, o engajamento da família ao auxiliar o aluno nas tarefas de casa, é claro, influenciou diretamente no desenvolvimento psicossocial e pedagógico.



Figura 4 – Comunidade ribeirinha típica da região da UEI Bacuri, Ilha do Mosqueiro, Belém-PA
Fonte: Dados da pesquisa

PARTE II- ESTUDO EMPÍRICO

5 METODOLOGIA

5.1 Caracterização do trabalho

A presente secção tem por finalidade descrever as etapas percorridas para a execução da pesquisa, possibilitando sua fundamentação científica. A metodologia de pesquisa contribui para a compreensão de como foram selecionados, coletados e tratados os dados que resultaram do estudo, adequando aos critérios científicos.

Marconi e Lakatos (2001, p. 83) esclarecem que:

O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

5.2 Problema de pesquisa

Este estudo orientou-se pela preocupação de retratar a realidade de forma completa e profunda a partir da compreensão do objeto de estudo como uma representação singular da realidade que é multidimensional e historicamente situada (Ludke e André, 1986).

O critério para escolha da referida instituição, se deu pelo fato de ser a única Unidade de Educação Infantil localizada na região do campo na ilha de Mosqueiro em Belém-PA.

Tomar decisões ao longo do estudo, sem necessidade de estabelecer categorias rígidas de análise. Segundo Gamboa e Santos (2002, p.43) tentar compreender o significado que é dado às suas próprias situações, conforme a compreensão e interpretação dos dados obtidos no levantamento, além de procurar compreender a natureza da atividade escolar e ensino em termos de significado que o indivíduo dá à sua ação.

“Retratar a realidade de forma completa e profunda” (Yin, 2001; Ludke et al, 1986; Lefta, 2001). Ainda, segundo Lefta (2001), e investigar o que é relevante para a pesquisa sobre um grupo específico, descrever os aspectos que envolvem o caso, apreender uma situação em sua totalidade.

Esta investigação orientou-se pelas seguintes questões:

- 3) Quais as ações da prática gestora que contribuem para a inserção das famílias de uma escola de educação infantil do campo nos processos de gestão participativa?

- 4) De que modo família e a escola de educação infantil convivem em processo de colaboração para melhorar a qualidade da educação?

E visou os seguintes objetivos:

- 3) Identificar as ações da prática gestora que contribuem para a inserção das famílias de uma escola de educação infantil do campo nos processos de gestão participativa;
- 4) Investigar a relação da família e escola de educação infantil em processo de colaboração para a melhoria da qualidade da educação.

5.3 Tipo de pesquisa

A presente pesquisa foi de caráter qualitativo, sendo esta do tipo descritivo-exploratória, fazendo-se necessário a realização de entrevistas com equipe gestora e família que compõem a unidade escolar objeto de estudo da pesquisa.

Os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa um conjunto de procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos (Gil, 1999).

Uma pesquisa é de caráter exploratório quando contiver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram ou tem experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Possui ainda a finalidade básica de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens posteriores. Dessa forma, este tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores (GIL, 1999, p. 43).

Após a definição do tipo de estudo, o próximo passo foi refletir sobre a abordagem que orienta a pesquisa.

A pesquisa bibliográfica procura a resolução de problema (hipótese) por meio de referencial teórico publicado, analisando e discutindo as várias contribuições científicas.

Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica (Marconi e Lakatos, 2006).

Conforme Salomon (2004), a pesquisa bibliográfica fundamenta-se em conhecimentos proporcionados pela reunião de documentação necessária para realizar o estudo, seguida de

uma análise apurada do documento para se extrair informação necessária à conclusão do estudo.

5.3.1 Estudo de caso

Segundo Yin (2001) o estudo de caso representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados. Pode incluir tanto, estudos de caso único quanto de múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa. O estudo de caso se configura por ser uma ferramenta de pesquisa que busca estudar a fundo os fenômenos que acontecem em uma unidade específica, sendo que visa conhecer o como e seus porquês descobrindo o que há de mais essencial e característico.

Para Yin (2001) o estudo de caso se destaca, principalmente, como um tipo de pesquisa que tem um forte cunho descritivo. Neste tipo de pesquisa o pesquisador não tem a pretensão de intervir sobre a situação, tem sim a pretensão de conhecer tal como ela lhe surge. Entretanto, um estudo de caso não precisa ser meramente descritivo, podendo ter um profundo alcance analítico e podendo interrogar a situação. Pode confrontar a situação com outras já conhecidas e com as teorias existentes. Pode ajudar a gerar novas teorias e novas questões para futura investigação.

5.4 Sujeitos da pesquisa

A Unidade de Educação Infantil é um dos espaços onde atuam os educadores, é o local onde se cria a esperança de transformação da sociedade, porém para que isto aconteça se faz necessário um corpo técnico atuante.

O critério na escolha da instituição se deu por ser a única Unidade de Educação Infantil na região do campo na ilha de Mosqueiro em Belém-PA.

O sujeito principal dessa pesquisa é a gestora, tendo as famílias como interlocutoras, elucidando questões sobre a gestão democrática na educação infantil e a participação da família.

Na definição da amostra da pesquisa foi utilizado o processo de amostragem não-probabilística, ou seja, não foi aplicado cálculo estatístico para definir a amostra. O tipo de amostragem não-probabilística utilizada foi intencional, pois neste caso o pesquisador apenas

está interessado na opinião de determinados elementos da população, mas não representativos dela (Marconi e Lakatos, 1999).

Neste estudo, a amostra da pesquisa está composta por uma equipe gestora de 5 integrantes da escola e quatro famílias de ambos os gêneros, e de alguma forma fazem parte da comunidade no qual a unidade escolar está inserida.

A equipe gestora foi composta pelo diretor pedagógico e professores da unidade estudada, no qual se direcionou a aplicação da entrevista semi-estruturada.

A equipe gestora da unidade educacional, como sujeito da pesquisa, tem um papel essencial, proporcionou a panorâmica em relação às estratégias que desenvolve no âmbito escolar na gestão participativa global.

Dentre os sujeitos da pesquisa, que compõe a equipe gestora, o coordenador pedagógico é um membro desta equipe e dentro desse contexto educacional possui diversas atribuições, dentre as quais se destacam: a elaboração do projeto político; organização do calendário escolar; administração dos aspectos financeiros; busca manter o ambiente favorável para que possam ser desenvolvidas atividades voltadas para construção de educação de qualidade; gerencia e atribui responsabilidades aos membros de sua equipe; cuida e zela pelo patrimônio público; facilita o processo de ensino aprendizagem no sentido de apoiar o profissional docente; fomenta e articula a formação continuada da equipe docente; busca recursos pedagógicos e financeiros para aplicar na escola visando o ambiente tranquilo para o desenvolvimento do trabalho; conduz a elaboração do projeto político pedagógico; e organiza o calendário escolar de forma coletiva.

Partindo desse pressuposto, entende-se que a colaboração do coordenador se torna indispensável, uma vez que o exercício da docência arrola inúmeras complexidades, como as dificuldades de ensino aprendizagem, fatores endógenos e exógenos do contexto escolar retardam o processo de aprendizagem.

Dos fatores elencados, atuação do coordenador beneficia de forma qualitativa, desenvolvimento, concretização da educação, em relacionamento técnico positivo.

As famílias selecionadas como sujeitos da pesquisa são parte integrante do estudo, uma vez contribui significativamente para a obtenção de dados através de aplicação de entrevista semi-estruturada de acordo com os objetivos de pesquisa.

O critério de seleção, tanto de gestores como das famílias que participaram do estudo, foi realizado de forma aleatória, sendo que a única condição de participação é fazer parte da comunidade.

5.5 Técnicas e instrumentos de coleta de dados

Na metodologia empregada usou como estratégia vários recursos para obtenção dos dados e fatos elencados para desenvolver este estudo como: pesquisa bibliográfica e análise documental, entrevistas semi-estruturadas e diário de bordo.

A pesquisa bibliográfica recolheu informações suficientes para fazer a análise e interpretação dos fatos abordados mediante a aplicação de entrevistas e questionários distribuídos entre a comunidade afeta a educação infantil na ilha do Mosqueiro.

Para o levantamento de dados foi solicitada uma cópia do PPP, prosseguindo com o questionário aplicado aos professores. As técnicas escolhidas para o levantamento foram:

- Análise documental (PPP da unidade);
- Entrevista semi-estruturada;
- Bem como a observação *in loco* do cotidiano escolar e registro.

Para Triviños (1987, p. 146) “a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa”.

5.6 Procedimentos

Após o levantamento preliminar dos dados foram selecionados, a gestora e 04 (quatro) professores regentes como os sujeitos da pesquisa que aceitaram responder ao instrumento (entrevista).

Realizou-se a observação *in loco*, e ao final do período destinado à observação, foram realizadas as entrevistas semi-estruturadas com a equipe gestora e quatro famílias. A partir das respostas obtidas por meio das entrevistas, observações e análise documental, foram realizadas as análises dos dados finais que geraram os eixos fundamentais para este estudo.

No que se refere à Análise Documental, de acordo com Lahire (2006), é preciso avaliar o processo de socialização de diferentes maneiras. Desta forma, será estudado o PPP

da escola para capturar os sentidos e significados que a gestão atribui à família naquele contexto educacional.

As entrevistas semi-estruturadas possibilitaram, neste estudo, revelar a complexidade singular das relações entre gestão e família, das ações e reações dos sujeitos em contextos sociais, por meio dos discursos. Este instrumento possibilitou o “ouvir” como momento em que os participantes da pesquisa refletem acerca daquilo que foi “observado” pelo pesquisador, deixando que ele se aproxime de suas significações.

Além dos instrumentos de coleta de dados mencionados, o estudo utilizou também o registro em diário de bordo. A pesquisa com diários de bordo é definida por Zabalza (2004) como relevante para o registro da prática docente do professor. No entanto, também servirá para escrever e registrar as práticas da gestão, como exercício sistemático da prática de outro modo. Sobre os diários Zabalza (2004, p.24) afirma:

Os diários podem se tornar, também, os registros mais o menos sistemáticos do que acontece em nossas aulas. Poderia ser usado individualmente ou em grupo, escrito pelo professor ou pelos alunos, abordando temáticas geral (contando o que acontece em aula, e dando, portanto, uma visão geral desta) ou temáticas mais específicas (escrevendo sobre questões selecionadas em função de sua relevância, de sua oportunidade ou de seu interesse por algum motivo). De qualquer uma das modalidades de uso do diário que empreguemos extrair uma espécie de radiografia de nossa docência.

Desse modo, a pesquisa com diário de campo foi significativa para a interpretação da prática gestora, pois “são documentos pessoais valiosos e uma rica fonte de informações” que, não apenas possibilitaram o planejamento da aula, mas principalmente, retoma as aulas realizadas questionando e justificando suas ações (Zabalza, 2004, p.24).

Da mesma forma, se a unidade gestora fizer o registro em diários específicos, poderá obter o mesmo encaminhamento para sua prática, pois os diários, “não só no decorrer da ação, mas também o que é mais importante, é um recurso que implica escrever, expressar-se e refletir conhecimentos e recordações da experiência, nos quais intervêm as emoções e a intuição” (Zabalza, 2004, p.24).

Registrar a prática da unidade gestora foi um exercício para questionar, pesquisar e dirimir dúvidas, obter informações, e conhecer a respeito de problemas para os quais se procura responder e, desse modo, alterará e produzirá mudanças na dinâmica da gestão da escola de educação infantil.

Portanto, baseada nos diários de campo, buscou-se perceber o que ainda precisa-se fazer quais as ações voltadas para as famílias, no sentido de proporcionar relacionamentos

próximos e a integração das escolas que possibilitem a sua participação na gestão democrática da instituição.

5.7 Tratamento e análise dos dados

A formação em serviço foi uma conquista dos educadores, pressuposta para a prática pedagógica, contribuindo assim para um melhor desenvolvimento das ações diárias da Unidade. Ocorre a cada última sexta-feira do mês com leituras de textos reflexivos, troca de experiências, oficinas, dentre outras atividades.

Toda criança deve ser criada como um ser especial e não como, simplesmente, mais um membro da família ou da sociedade, mas como seres extremamente inteligentes e complexos e com potencialidades e habilidades a serem desenvolvidas.

O nosso público é de 02 a 04 anos de idade, onde as mesmas estão desenvolvendo a base do cuidar/educar procurando garantir seus espaços e limitações como seres sociais e respeitando seu processo de aprendizagem.

Desta forma, os trabalhos pedagógicos estão sendo construídos pelos educadores, a coordenação pedagógica e técnica que orientam os trabalhos e, aos poucos, inserir as famílias como parceiras na construção da nova proposta do educar/cuidar simultaneamente, consolidadas nas propostas pedagógicas, com direito a uma vida digna, acesso à educação de qualidade, bons recursos materiais e humanos, ter uma família saudável e estável, momentos de lazer formando seu equilíbrio emocional e construindo a realidade, com direito a saúde e a liberdade de expressão e de pensamento.

Faz-se necessário que os participantes do processo de crescimento e formação do conhecimento tenham o entendimento e sensibilidade para compreenderem como se dá o desenvolvimento cognitivo deste ser que, a cada dia, aprende algo novo e, mais tarde, se utilizará deste conhecimento para formar outras estruturas de saberes, adaptando-se as mudanças impostas pela sociedade e pelo tempo.

Faz-se uma avaliação do ano anterior com o fim de reorganizar o trabalho que está sendo desenvolvido atualmente já direcionando para as necessidades das famílias e os objetivos traçados pela Unidade.

Reunidos os professores, a coordenação técnica da ETEI/SEMEC, os operacionais com representantes da comunidade para direcionar os trabalhos pedagógicos com a escolha do

tema central e definições dos objetivos educativos que objetivasse alcançar levando em conta os possíveis entraves ao desenvolvimento do processo educacional.

Em um segundo momento é realizada a construção do planejamento com informações obtidas na fase anterior de acordo com as propostas da educação infantil, em seguida formar um grupo para construir a fundamentação teórica que norteará o planejamento.

Para que o trabalho transcorra segundo o planejamento deve ser elaborado um calendário anual com atividades pedagógicas intra e extracurricular.

Mobilizar a comunidade com ações sócio educativas que venham contribuir para a perspectiva de mudanças nos maus hábitos do cotidiano da população, valorizando e preservando os ambientes nos quais as crianças estão inseridas.

As oficinas são momentos de resgate da infância hoje adormecida, por motivos que nos leva a esquecer, a acomodação e também ao acesso ao meio de comunicação que trazem teoria moderna deixando assim os valores de uma cultura hereditária, que ainda pode ser explorada por meio prático, fáceis, com recurso alternativo, que encontramos ao nosso redor, podendo tornar, mas agradável e interessante o ato de aprender e a formação nos proporciona o momento de nos colocarmos como aprendiz que é o que somos por sermos seres em constantes transformações no decorrer do processo do fazer pedagógico.

No ano de 2015 as formações em serviço eram com as seguintes temáticas: A importância do planejamento na educação infantil, Avaliação na educação infantil, Jogos e brincadeiras, Musicalização na educação infantil, Sexualidade na educação infantil, Afetividade, Educação inclusiva, Processos de desenvolvimento infantil.

A Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, também investe na formação continuada dos educadores, com palestras, troca de experiência, mesa redonda etc. Tudo para melhor qualificar os educadores infantis, formações estas que somadas a nossa prática só enriquece nossas atividades junto às crianças que merecem a educação de qualidade e com significado.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 Análise dos dados e apresentação dos resultados

As entrevistas semi-estruturadas foram aplicadas pela pesquisadora no período de 24 a 25 de Novembro de 2016, no Distrito de Mosqueiro com a equipe gestora, composta por uma gestora, uma coordenadora pedagógica e quatro professoras, assim como também foram aplicadas entrevistas com quatro famílias de alunos que fazem parte da unidade escolar objeto de estudo. Vale ressaltar que no momento da aplicação da entrevista a coordenadora pedagógica já não fazia mais parte do corpo docente da escola, sendo assim a gestora ficou responsável por esta função e, conseqüentemente, respondeu os questionamentos direcionados à coordenadora.

A entrevistadora pesquisadora conduziu a entrevista de forma informal, num tom familiar, porém não deixou de colocar todas as perguntas necessárias sobre os pontos a questionar. A entrevistadora reformulou as questões que tinham sido enunciadas para melhor entendimento do entrevistado.

A entrevista foi dirigida à equipe gestora e às famílias dos alunos, deixando bem explícito, no Guia para Entrevista, que o entrevistado é elemento fundamental para a coleta de dados da pesquisa, sendo contactado previamente para que tome consciência dos objetivos do estudo e da importância da respectiva participação, entre outros elementos. Este contato é de grande importância, uma vez que pode contribuir para uma maior motivação e adesão do entrevistado e, por conseguinte, para o sucesso da entrevista.

As entrevistas foram selecionadas em dois grupos distintos e analisadas de formas diferenciadas, uma vez que revela pontos de vistas diferentes em relação ao mesmo assunto, que é a gestão escolar e a participação da família na vida escolar dos alunos na educação infantil do campo.

6.1.1 Entrevista com as famílias

Em entrevista aplicada com quatro famílias de alunos que frequentam a escola objeto de estudo, observou-se resultados que revelaram dados sócios econômicos relevantes, e sinalizam a participação da família no cotidiano escolar de alunos no ensino infantil no campo.

A entrevista foi composta por 19 perguntas, sendo 17 fechadas e 2 abertas (Apêndices I e IV), no qual se abordou questões tais como: nível de parentesco, grau de escolaridade do familiar, participação da família na vida escolar dos alunos, sugestões para melhoria na gestão escolar, dentre outras questões que abrangem o objetivo da pesquisa.

Ao serem questionadas sobre o nível de parentesco com os alunos a maioria respondeu ser mãe, no entanto algumas são tias, avós ou mães adotivas. Isso revela que no âmbito familiar, mesmo não tendo, em alguns casos, a presença da mãe, os alunos contam com a participação de algum membro da família (Apêndice VII).

Com relação ao grau de escolaridade os familiares entrevistados possuem, em sua maioria o ensino médio completo, porém uma parcela dos que participaram da pesquisa respondeu possuir apenas o ensino fundamental completo ou incompleto (Apêndice VII). Observa-se então, que mesmo os familiares não possuindo nível de escolaridade elevado, os mesmos se preocupam com a educação e vida escolar dos alunos e os incentivam a continuar os estudos, orientando e participando das atividades que a escola desenvolve.

Quanto às atividades econômicas que os familiares desenvolvem, parte dos entrevistados respondeu que trabalha fora do ambiente escolar como pescadores e agricultores e outra parcela informou que trabalha dentro da escola, como por exemplo, manipulador de alimentos e serviços gerais. A casa onde residem, na sua maioria, é própria e possui água encanada (Apêndice VII).

No que diz respeito à relação dos familiares com a UEI estudada, os mesmos responderam que são bem recebidos pela equipe gestora da escola e que os horários estabelecidos para as reuniões de participação dos familiares no dia a dia do aluno são em horários adequados, o que favorece a integração entre escola e família. Ainda sobre o relacionamento entre escola e familiares dos alunos, os entrevistados informaram que o horário de funcionamento da UEI atende as suas necessidades e disseram que sempre que precisam de informações sobre os alunos, a equipe está disposta a recebê-los (Apêndice VII).

Os entrevistados informaram que tanto a diretoria, quanto os professores mantêm uma relação amigável com familiares e alunos. E que ao final do ano letivo os familiares recebem relatório sobre todas as atividades desenvolvidas pelas crianças, assim como perfil de comportamento, perfil pedagógico e psicológico. Informaram também que a grande vantagem a UEI é que os familiares podem acompanhar os alunos no período de adaptação no novo ambiente escolar, dando todo suporte necessário para receber ambos. Assim como recebem na

unidade escolar crianças portadoras de necessidades especiais, fazendo junto com a família todo acompanhamento para que ocorra da melhor forma a inclusão dos alunos especiais na educação infantil (Apêndice VII).

Em uma avaliação geral a respeito da gestão da UEI pelos familiares, os mesmos responderam que a equipe gestora acolhe bem todos e incentiva a participação dos responsáveis dos alunos na via escolar das crianças. O atendimento é realizado de forma atenciosa e esclarece toda e qualquer dúvida que a família tenha (Apêndice VII).

No diário de bordo realizado pela pesquisadora nos meses em que a pesquisa foi desenvolvida, observou que os familiares, gradativamente, compareciam às atividades desenvolvidas pela escola e esse contingente aumentou, significativamente, em datas comemorativas como dia do índio, dia das mães e festa junina. Observou-se com isso, que os familiares participam do cotidiano escolar dos alunos, no entanto é necessário que a equipe gestora planeje as atividades para que a participação dos responsáveis seja mais efetiva.

Conforme registro no diário de bordo, verificou-se que a participação familiar foi mais efetiva na festa junina, no qual mais de 100 pessoas, entre alunos e familiares participaram das atividades desenvolvidas durante semana do evento. Isso demonstra que quando a escola planeja uma atividade e comunica com antecedência, a participação dos familiares se torna mais significativa.

Observou-se então com análise do diário de bordo e aplicação da entrevista com os familiares dos alunos que frequentam a UEI Bacuri, que a equipe gestora desenvolve um trabalho voltado para o acolhimento da família e incentiva a participação dos mesmos na vida escolar dos alunos. Isto se deve pelo modo como é conduzida a gestão escolar, sempre pautada nas premissas da gestão participativa e democrática, inclusive no que diz respeito a educação infantil no campo, onde há um número grande de responsáveis que não participam do cotidiano escolar das crianças (Diário de bordo)

Desta forma, verificou-se que o modelo de gestão escolar aplicado na UEI objeto de estudo, vem conseguindo que a família participe e se interesse pelas atividades que a escola oferece.

6.1.2 Entrevista com as Professoras

Para compor os resultados da pesquisa foi necessária a aplicação de entrevista semi estruturada com a equipe gestora, composta por uma gestora e quatro professoras integrantes da UEI Bacuri na Ilha de Mosqueiro.

A entrevista direcionada aos professores contém em sua estrutura 13 perguntas abertas, elaboradas de acordo com os objetivos gerais e específicos da pesquisa, no qual abordar dados sócios econômicos como idade, nível de formação, tempo de atuação como educador, bem como questões que respondem ao tema central do estudo que a gestão participativa, abordando a inserção da família no cotidiano escolar de crianças em uma unidade de ensino infantil no campo (Apêndices II e III).

A primeira entrevistada foi uma professora de 56 anos de idade, formada em pedagogia e atuante na área de educação há mais de 15 anos. Quando indagada de que forma é realizado o acolhimento das famílias no ambiente escolar, a mesma informou que é feito de maneira agradável sempre procurando ter um bom relacionamento com todos. O relacionamento com os familiares tem como princípio o respeito mútuo, e baseado neste princípio que o acolhimento é efetivado (Apêndice VIII).

Para que esse acolhimento seja eficaz o elo entre professor, família e aluno devem ser baseados na cumplicidade, pois é através de um elo solidificado que o professor irá desenvolver seu trabalho de maneira efetiva. Portanto, a professora entrevistada respondeu que criar elos com a família é de suma importância para que todo trabalho pedagógico venha a dar certo e se tornar uma constante no ambiente escolar (Apêndice VIII). Todavia, para que se obtenham resultados satisfatórios é necessário investimento em formação e capacitação da equipe gestora, uma vez que a busca de conhecimento é constante e importante para que os educadores consigam lidar com as situações do cotidiano escolar e da peculiaridade de cada aluno e família.

A formação da equipe gestora é uma ferramenta que contribui significativamente para que o trabalho planejado para a unidade escolar seja desenvolvido de forma eficaz, haja vista que os educadores levam para a sua prática pedagógica o conhecimento adquirido.

Quando indagada sobre a periodicidade das reuniões pedagógicas, promovidas pela gestora escolar, a professora entrevistada informou que mensalmente as reuniões são realizadas e os assuntos abordados são os tratados na reunião com a SEMEC e repassado às

professoras da unidade, bem como assuntos pertinentes a projetos, eventos, datas comemorativas, dentre outros (Apêndice VIII).

A segunda entrevistada foi uma professora de 33 anos de idade, formada em Pedagogia com especialização em Neuropsicopedagogia e atuante na área de educação há seis anos e seis meses. Sobre a forma que acolhe as famílias dos alunos, a mesma respondeu que de maneira agradável, para que possam se sentir bem, adquirindo assim a confiança e o respeito para que possam deixar seus filhos mais tranquilos, com isso o relacionamento entre pais e professores é ótimo (Apêndice VIII).

Quanto ao elo entre professor e pais, a entrevistada respondeu que com certeza é importante para que juntos possam contribuir no processo de desenvolvimento da criança. Já com relação ao conhecimento já adquirido para o trabalho na educação infantil a professora informou que ainda se tem muito a aprender, uma vez que a cada dia aprendem com as crianças no cotidiano escolar (Apêndice VIII).

No que diz respeito à formação e capacitação de professores a entrevistada respondeu que a formação é muito importante e necessária para que possam lidar e resolver as situações diversas do dia-a-dia (Apêndice VIII).

Quanto à promoção de reuniões pedagógicas por parte da gestora, a entrevista informou o seguinte: “que a gestora é uma pessoa bem presente, sempre que pode reúne para repassar os assuntos relacionados ao trabalho pedagógico, projetos, eventos na escola e datas comemorativas. A gestora sempre auxilia no que é preciso e quando observa que os professores estão em dificuldade em sala de aula, apoia a tomada de decisões” (Apêndice VIII).

A terceira entrevistada da equipe gestora foi uma professora de 30 anos, formada em Pedagogia com especialização em Educação Infantil e atuando a três anos na área de educação. Quando perguntada de que forma acolhe as famílias em sala de aula, a mesma respondeu com roda de conversa, no qual os pais expõem seus pontos de vista em relação à educação de seus filhos e assim a professora vai conhecendo o perfil de cada um. No que diz respeito ao relacionamento entre professores e pais a entrevistada respondeu que é muito amigável e que a base é o diálogo, uma vez que a escola é uma extensão da família, pois na UEI as crianças passam a maior parte do seu tempo. Dessa forma precisam ter boa comunicação entre família e escola (Apêndice VIII).

Quanto ao conhecimento já adquirido para lidar com as situações do cotidiano escolar, a professora informou que tem o conhecimento necessário para contribuir com o desenvolvimento das crianças, no entanto o que não sabe busca aprender e pôr em prática na sala de aula (Apêndice VIII). A necessidade de formação de professores é uma realidade constante, onde os mesmos participam ativamente com o objetivo de melhorar o serviço oferecido a comunidade. Uma das evidências de apropriação de conhecimento é poder conhecer a importância da educação infantil e mostrar aos pais que quando deixam seus filhos na UEI o processo de ensino e aprendizagem é realizado de forma participativa, inserindo a família nesse contexto, fazendo com que os pais participem dessa formação, etapa esta da vida escolar das crianças muito importante, uma vez que na educação as crianças têm a oportunidade de aprender, não apenas uma parte e sim a educação no seu desenvolvimento global.

Para que todo o trabalho de acolhimento e inclusão das famílias na vida escolar dos alunos seja efetivado com sucesso, a gestora promove reuniões mensais ou semanais sempre que necessário, nas quais assuntos como projetos, relatórios, avaliações, eventos na escola e datas comemorativas são abordados. A gestora, segundo a entrevistada, é muito presente e participa ativamente do cotidiano das crianças em sala de aula, trazendo orientações, incentivos, sensibilizando para o cuidar e educar, mostrando que para que possam ter um resultado satisfatório com as crianças, e que acima de tudo o respeito ao direito da criança deve ser primordial (Apêndice VIII).

A quarta professora entrevistada informou que tem 43 anos e é formada em Pedagogia, atuando na escola há dois anos. Respondeu brevemente que o acolhimento é realizado através do diálogo com os pais e responsáveis, tornando assim a relação mais amigável (Apêndice VIII). O elo entre professor e família é muito importante para o melhor conhecimento do perfil de cada família e de cada criança, o que contribuiu significativamente para o planejamento das ações ao longo do ano.

Segundo a entrevistada, a formação de professores é uma constante e contribui para o desenvolvimento de projetos e ações dentro da escola. A busca pelo conhecimento é de suma importância para que as questões que surgem no ambiente escolar sejam resolvidas de maneira eficiente e eficaz dentro da proposta pedagógica ao qual a escola se propõe (Apêndice VIII).

À pergunta sobre o que aponta como evidência da apropriação e ampliação de conhecimentos nas formações realizadas, o que mudou em sua concepção sobre práticas pedagógicas com crianças pequenas e participação das famílias, a entrevistada respondeu que: “a importância da educação infantil como um alicerce para um desenvolvimento da criança como todo participante do mundo e do meio em que vive. Transformando a visão dos pais no modo como veem o espaço, não apenas como uma necessidade pessoal e sim como um espaço onde a educação ocorrerá” (Apêndice VIII).

Para que isso se torne uma realidade no cotidiano escolar, e a participação dos pais seja bem mais ativa, a gestora reúne mensalmente com todos e discutem novos projetos, plantões pedagógicos, datas comemorativas, eventos no ambiente escolar, dentre outros (Apêndice VIII).

6.1.3 Entrevista com a gestora

Para compor os resultados da presente pesquisa foi realizada entrevista semi estruturada com o gestor/coordenador pedagógico da UEI Bacuri localizada na Ilha de Mosqueiro, na qual é voltada para a educação infantil. A entrevista foi aplicada pela pesquisadora e direcionada para a atual gestora da unidade que respondeu as 12 perguntas abertas de acordo com os objetivos descritos no trabalho (Apêndice III e VI).

A atual gestora tem 46 anos de idade, e possui pós-graduação há 3 anos, no entanto atua como gestora há um ano e meio. Questionada sobre quais as estratégias utilizadas em sua gestão para intensificar as relações entre família e escola de educação infantil, a gestora respondeu que através de reuniões e conversas individuais. As estratégias de gestão escolar são traçadas de acordo com o perfil dos pais e alunos, sendo assim os meios utilizados pela gestora são os mais adequados para que os objetivos pedagógicos sejam alcançados com melhores resultados (Apêndice IX).

Com relação às organizações pedagógicas e administrativas da gestão para oferecer as crianças e famílias um ambiente estético agradável, a gestora informou que se dá através da organização e limpeza do espaço interno e externo, sempre com a participação de todos (Apêndice IX).

A gestora é responsável por dirimir os encaminhamentos que orientam os professores no que diz respeito ao registro individual de avaliação sobre o desenvolvimento das crianças e

participação das famílias, desta forma essa cabe aos professores avaliar as crianças através das linguagens. As orientações necessárias são discutidas em reuniões mensais e de acordo com a necessidade escolar, como por exemplo, reuniões para organização de atividades e de rotina da unidade (Apêndice IX).

Nas reuniões promovidas pela gestora, o tema principal é a discussão de estratégias para que ocorra a participação da família no cotidiano escolar das crianças e atividades desenvolvidas na unidade. Esse assunto é o mais abordado como pauta nas reuniões, fazendo parte assim do plano de ação traçado pela gestora (Apêndice IX).

Quanto ao acompanhamento pedagógico realizado pela gestora e sua equipe, no que diz respeito à organização e sistematização do calendário anual, plano de ação, bem como os projetos pedagógicos bimestral das turmas na instituição, a entrevistada respondeu que recebe auxílio dos professores e juntos organizam todas as atividades estabelecidas no projeto político e pedagógico, sob a orientação de uma técnica da SEMEC (Apêndice IX).

Ao ser indagada sobre o acompanhamento e orientação dos profissionais sobre práticas pedagógicas de humanização com as a crianças utilizando o encorajamento, sugestões e elogios descritivos na efetivação da proposta pedagógica, na legitimidade de uma gestão democrática em favor ao direito da criança, a gestora respondeu que ocorre através de conversas sobre a afetividade, sugerindo, elogiando atitudes e propostas pedagógicas (Apêndice IX).

Com relação à gestão democrática na escola a gestora, ao longo da sua experiência na área de educação considera que ter respeito com o próximo, assim como um contato maior e mais estreito com a família, procurando conhecer as problemáticas, a realidade de cada família e dessa forma a realidade das crianças que frequentam a unidade objeto de estudo (Apêndice IX).

6.2 Aplicação do plano de ação na unidade de ensino UEI Bacuri

Abordou-se nesta seção as ações realizadas com as famílias e crianças de educação infantil na Unidade de Educação Infantil Bacuri, a partir dos registros diários e das ações realizadas no projeto de intervenção que visava a aproximação e integração das famílias. Essa relação teve a importância da relação da família e a criança com a com a escola a partir das brincadeiras e da ludicidade por meio de elementos da natureza, de modo a valorizar os

diferentes espaços pedagógicos da escola, assim como, da comunidade pautados numa gestão que congregue participação e responsabilidade coletiva.

6.2.1 Integração escola e família: princípios para uma gestão na educação infantil democrática

É impossível pensar em educação de qualidade sem a integração da família nesse processo, uma vez que família e escola são instituições bastante presente na vida escolar das crianças, e não se pode imaginar o sucesso educativo sem pensar em um trabalho em conjunto de ambas as instituições. Como o papel de educar recai sobre a família e a escola quanto maior for essa interação, melhor será o resultado do processo educativo.

Então para que o processo pedagógico ocorra com qualidade, há a necessidade de uma integração entre escola e família. Integração essa que deve ser orientada pela unidade escolar, a fim de proporcionar às famílias e alunos ambiente propício para o desenvolvimento de atividades em que ambos se sintam à vontade e que possam interagir mutuamente com o objetivo de melhoria no ensino de uma forma global. A escola e a família por serem os primeiros grupos sociais na vida de uma criança, contribuem significativamente para que o processo pedagógico seja realizado com sucesso.

Neste sentido, a integração escola e família são de fundamental importância para o desenvolvimento do bem-estar e da aprendizagem do educando, os quais contribuirão na formação integral do mesmo. E para assegurar isso a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (lei 9394, de dezembro de 1996) formaliza e institui a gestão democrática nas escolas e destaca a real participação da família na educação de qualidade dos alunos.

Com base nisso é papel da escola promover a integração da família no cotidiano escolar das crianças e assim gerar uma maior participação dos responsáveis na vida escolar dos alunos, seja através de atividades lúdicas, reuniões, atividades culturais dentre outros métodos de integração. Portanto inserir a família nas atividades escolares faz parte do processo pedagógico e de uma gestão participativa mais efetiva.

Na escola objeto de estudo desta pesquisa a integração entre família e escola foi desenvolvida através de um plano pedagógico que teve a finalidade de fazer com que os responsáveis pelos alunos se interessassem mais pela vida escolar das crianças. Observou-se, então, por meio do diário de bordo quais atividades que conseguiram reunir o maior número

de familiares no ambiente escolar e houve a sugestão de aplicação de uma aula divertida e formação para as famílias afim de aumentar essa interação.

6.2.1.1 “Aula divertida”: participação inicial da família

A primeira ação desenvolvida no projeto de intervenção com as famílias foi o planejamento de uma “aula divertida”. Sabemos que quando o/a gestor/a da educação infantil organiza estratégias de participação da família na escola, tem chances de essa relação ser prazerosa e acolhedora. Assim observamos, em uma primeira conversa com as famílias que elas têm muitas marcas das crianças desse lugar, ou seja, um sujeito de “pertença do campo” com particularidades e singularidades próprias desse contexto, onde o brincar é a porta de entrada de muitas memórias da infância, de pais que aceitaram o nosso convite para brincar.

‘É por meio do brincar que a criança pode aperfeiçoar seus conhecimentos prévios e agregar novos. A realização das brincadeiras contribui para que as crianças possam desenvolver suas habilidades psicomotoras, afetivas, cognitivas e sociais’ (Dominico e Lira, 2014 p. 19)

A “aula divertida” foi uma estratégia para ampliação aproximação com as famílias, assim como para conhecer como pais compreendiam o seu papel na formação dos seus filhos e da sua participação na gestão da educação infantil do campo. Com essa experiência tivemos a oportunidade de ampliar o conhecimento que as mesmas já tinham sobre brincadeiras e como da necessidade de maior interação nas ações da escola, pois com a “aula divertida” provocou risos, alegrias, conversas informais e com assuntos que focaram o papel do (a) gestor (a), partir da escuta das famílias, também ampliar a criança interagir, descobrir se desenvolver como ser de cultura e que pertence ao lugar onde vive.

Considerando que um dos objetivos específicos era integrar as famílias com maior efetividade nas ações da escola, a “aula divertida” possibilitou-nos também, observar as expectativas das famílias no trabalho pedagógico da educação infantil, pois algumas almejam uma escola que considere a criança como sujeito de Dominico e Lira, 2014 p. 19)

desenvolvimento que precisa brincar, outras se referiam a ampliar as experiências e o conhecimento das crianças no lugar onde vive, assim como com esse contato direto das crianças poderiam descobrir muitas situações que ainda não tinham de conhecimento do seu lugar.

Acreditar nessa concepção de educação infantil é apostar em novas relações, é vislumbrar em novas bases para uma sociedade mais humanizada, uma escola mais aberta e com escuta dos sujeitos que dela participam. Nessa perspectiva, a gestão desse modelo conceitual, deve ser a gestão democrática, em que se busque os diferentes olhares para melhor conduzir esse projeto de humanização, de respeito a criança em desenvolvimento, e em compartilha com a família, por ser a base primeira da formação dos valores, das relações e da constituição da criança.

[...] a qualidade do ensino escolar não se pode dar alienada da família, em especial dos pais e mães dos educandos. É aí que entra a necessidade de se providenciarem tempos e espaços constantes e organizados de contato direto dos pais com a escola. (Paro, 2001, 88)

Ao incluir elementos do brincar da infância das famílias, vi o quanto a escola poderá organizar mais espaços e tempos de participação que fortaleça o protagonista dos pais e que estes, também possam ensinar seus filhos por meio do brincar, compartilhando saberes, regras e modos de se brincar e fazer brinquedos do seu tempo e da riqueza e simplicidade de materiais do seu lugar, ensinando também a Educação Infantil do campo uma riqueza em termos de exploração dos recursos naturais, como: pedaços de pau, gravetos, folhas, caroços, riscos no chão, cordas de cipó sementes. Ou ainda brincadeiras gostosas de brincar usando o próprio corpo e a imaginação e a alegria gostosa que o brincar nos dá.

Ao planejar esta ação observamos a oportunidade que a gestora teve de dialogar com os pais das crianças que apoiarem a maneira de fazer as crianças aprenderem sobre a natureza de forma diferente. Antes não havia essa especificidade com as famílias, ou seja, em planejar as ações realizadas com o brincar, o expressar, de se comunicar no ambiente externo da Unidade e na comunidade que privilegiasse o contato com a natureza. Eram encontros com as famílias focados em repassar informações para “dizer” sobre cada criança. Hoje, entendemos que na educação infantil do campo, a gestora deve não somente “dizer”, mas “ouvir”, muito mais ouvir, pois, as diferentes perspectivas que as famílias também têm a nos dizer são enriquecedoras para planejarmos o trabalho coletivo e integrado, organizando a rotina e outras situações da vida institucional.

Portanto, na educação infantil as práticas do (a) gestor (a) devem ser intencionais, planejadas e organizadas, com espaços e tempos para e com as famílias, integrando-as e

incluindo-as desde as situações de aprendizagem das crianças até as maiores decisões coletivas, cujo maior beneficiária seja a criança na sua integralidade e singularidade.

6.2.1.2 Formação para famílias: um convite diferente para participar da gestão escolar

Iniciou-se nossa formação com uma roda de conversa. Primeiro muitos olhares interrogativos, depois devagar nosso convite ganhava confiança. A ludicidade novamente foi a porta de acesso as perguntas e respostas das famílias. Resgatamos nossas brincadeiras preferidas, nossos colegas, e nossos espaços de brincar. Brincamos de escravos de Jó, pata cega, passarinho no ninho, a caba, pula corda - muitas saudades afluíam outras brincadeiras que nem lembrávamos. Depois uma pausa para nossa conversa.

As famílias pouco a pouco contavam sobre o que experimentaram na infância. A escola foi lembrada na hora do recreio. Algumas perguntas foram colocadas na roda: As escolas levam em conta o interesse das crianças pelas brincadeiras? As famílias brincam com as suas crianças? Como a gestora organiza espaço e tempo para as famílias brincarem com seus filhos? As famílias fazem parte da organização de atividades lúdicas da escola? Quais os espaços e tempos de participação das famílias na escola?

Essas indagações foram fundamentais para a escola, em particular a gestora, repensar as práticas de vivências e participação das famílias na escola. Implicou naquilo que chamamos de conhecimento prévio sobre as famílias, o que elas sabem e trazem consigo para abrir para novos horizontes, novas possibilidades de trabalho coletivo.

Uma forte questão refletida foi trazer para a roda de conversa as expectativas vivenciadas das famílias quanto ao acolhimento, espaço, atenção, materiais, equipamentos e atividades direcionadas as crianças. Descobrimos que escutar não é tarefa fácil. O gestor necessita estar atento às falas das famílias, dar espaços a cada detalhe que é exposto na roda o que foi significativo, o que elas consideram importante, e aquelas que também não foram importantes, mas que não passaram despercebidas por eles.

Para entender a compreensão das falas das famílias na roda de conversa é preciso considerar o valor desse espaço pedagógico e democrático, com a mesma dinâmica que realizamos com as crianças.

Por sua proposta de constituição como espaço do exercício democrático, onde a fala e a escuta são os principais instrumentos de participação, a roda de conversa se torna uma atividade desafiante para o adulto que propiciar a sua dinamização. Desafiante, porque exige que ele tendo um papel de participante igual das crianças, tenha

também o papel do coordenador da conversa, sem, no entanto, impor suas ideias ao grupo, castrar a altivez das crianças (como defende Paulo Freire), tolher sua forma de organizar e apresentar ideias. A própria disposição física dos participantes da atividade geralmente sentados em círculo representa de forma tangível o sinal de pertença democrático ao grupo. (De Angelo 2011, p.62)

Assim, a roda de conversa como dispositivo pedagógico é espaço primordial para a participação e empoderamento das famílias. O gestor que a considere passa a ter um novo significado para a sua prática, onde a família é interlocutor primordial das suas expectativas de organização da escola. A roda de conversa é um instrumento que possibilita um novo significado das experiências, vividas e compartilhadas e produz autonomia dos envolvidos.

Nas brincadeiras com as famílias, me senti criança de novo interagindo umas com as outras, me surpreendi com o acolhimento e a forma da escola receber a gente. Acho que as crianças vão gostar de brincar como a gente fez com a água, as árvores, coisas legais e que desperta para cuidar e preservar, de sentir parte da natureza e que sem a natureza não existiremos, sentir que pode transmitir o respeito pelo nosso lugar. (DIÁRIO DE CAMPO)

Percebemos que as famílias gostaram de interagir, na roda de conversa ficaram mais soltas e livres para conversar sobre os assuntos da escola e assim ficaram envolvidas com as perguntas sugeridas e ao mesmo tempo davam ideias de ampliar o conhecimento das crianças sobre a natureza, sobre o meio que elas convivem, a relação que elas fazem com tudo que está ao seu redor.

Nesta perspectiva, de ampliação do contato e da relação com a natureza, Tiriba (2010) define o ser humano como parte da natureza. Esta ideia exige uma proposta pedagógica na educação infantil que valorize espaços diferenciados para essa contemplação, experimentação e aprendizagem como responsabilidade das instituições educativas.

Com relação aos espaços Tiriba (2010, p 23) aborda que:

As crianças declaram suas preferências pelos espaços abertos, em contato com a natureza, porque são modos de expressão desta natureza. Mas as rotinas as mantêm distanciadas: mesmo que se deslocando de um espaço para o outro, a maior parte do tempo permanece emparedadas, contribuindo para que não se vejam e não se sintam como parte do mundo natural.

Assim ao propormos a relação da criança do campo com a natureza estamos estabelecendo um encontro com a vida, vida está ao qual temos que conhecer em todos os aspectos. Esses aspectos foram registrados pela gestora como proposta fundamental ao Projeto Político Pedagógico, pois era temática pouco abordada, assim como deveria estar mais presente nas atividades pedagógicas e projetos das turmas. Gerou reflexão da importância que um gestor precisa quanto a essa responsabilidade, pois sabemos que na maioria das

instituições educacionais as crianças brincam sobre chão predominantemente coberto por cimento e brita, com isso causa um distanciamento das coisas da natureza e da escola de educação infantil do campo.

Portanto essa ação nos fez refletir sobre muitas coisas, mas em especial foi o quanto ainda é preciso possibilitar mais encontros com trocas de experiências com as famílias no sentido de qualificar a proposta pedagógica da escola e aproximar os sujeitos de cultura de participação, de contatos com a natureza para que as crianças se encharquem desses saberes, além de que elas também possam ser sujeito e testemunhas desses saberes ao longo de gerações. Para o gestor fica ainda a compreensão da importância do planejamento de ampliar as possibilidades de exploração de tempos e espaços de participação das famílias é considerá-las como parte integrante do projeto institucional para que melhor eduquemos as crianças e possam ampliar seus repertórios.

Ao finalizarmos as reflexões sobre a prática gestora na educação infantil do campo nos fazem repensarmos o quanto ainda temos que qualificar para alcançarmos uma escola de qualidade social. O entendimento inicial que tinha da relação da família escola precisava de maior sensibilidade para incluir, respeitar a diversidade, de aprender os muitos modos de participar observando o interesse do fazer e interagir de cada família.

Desse modo, a pesquisa nos possibilitou a ter um olhar mais acolhedor para gestar pessoas e famílias, em especial da educação infantil do campo, seja pelo papel em relação como ensinar as crianças, ou no entendimento de que o planejamento das instituições de educação infantil tem a criança como foco e suas famílias, compreendendo-as como sujeitos de direito e que nas interações, relações e brincadeiras aprendem e nos ensinam.

A escola de educação infantil do campo deve ser gestada para a criança como um lugar da contemplação, da beleza, dos conhecimentos, da sustentabilidade, da brincadeira, enfim das alegrias e aventuras de conhecimento que a relação criança e natureza na educação infantil do campo precisa ser valorizada com o envolvimento das famílias nessa trajetória de saberes, também permitindo a sua autoria no processo de continuidade da educação de seus filhos, unindo as duas instituições, escola e família, em busca da formação integral da criança.

CONCLUSÃO

A Gestão Escolar tornou-se ao longo dos anos uma importante ferramenta para dirimir as discussões sobre as políticas e práticas pedagógicas no contexto escolar, uma vez que é através do gestor que os princípios de igualdade, qualidade, liberdade, democracia e valorização são implantados no cotidiano escolar. Neste processo o papel do gestor é bem complexo e requer experiência, pois além de docente, é também administrador e está a frente de todos os projetos escolares, intercedendo pela melhor aprendizagem, estabelecendo metas e assim alcançando os objetivos traçados.

Portanto, o gestor é ator de extrema importância na instituição de ensino, pois é a pessoa que acredita no sucesso da instituição na qual desenvolve suas atividades pedagógicas. É o gestor educacional que administra como um todo a escola, seja gerenciando os recursos financeiros, seja gerenciando as relações sociais entre professores, colaboradores, alunos e família. É de sua responsabilidade promover a integração da escola com a comunidade da qual ela faz parte.

Com base nos dados coletados da UEI Bacuri, verificou-se que a organização do trabalho pedagógico está fundamentada no planejamento curricular que tem como eixo principal a criança enquanto sujeito de direito. Com objetivos flexíveis que possam valorizar e favorecer os conhecimentos e experiências anteriores de cada um.

O papel dos educadores é buscar através de estudos e reflexões e identificar novos temas analisando as falas significativas que possibilitem a organização de um currículo por linguagens, ampliando-se até a construção da teia das linguagens a qual norteia todas as atividades pedagógicas do cotidiano educativo.

A avaliação acontece a partir das vertentes: diagnóstica/processual quando verifica o desempenho contínuo dos alunos, acompanha todo o processo de maneira qualitativa, valoriza cada avanço e compreende os retrocessos como ponto de análise para elevar o nível de aprendizagem.

Analisar os avanços das crianças por meio de observação cotidiana, das dificuldades, potencialidades e desempenho, principalmente em atividades significativas e práticas, com registros escritos (relatórios coletivos e individuais) e registros fotográficos.

A gestão apresenta características democráticas participativas, por dar-se de forma dialógica na medida em que leva em conta o todo dentro da sua organização.

Busca liderar sua equipe com autonomia, valorizar a construção coletiva, atua descentralizada e a finalidade de promover mudanças com apoio da comunidade escolar.

Devido ao tipo de gestão desenvolvida na unidade, a comunidade participa da construção do processo, busca interagir conjuntamente nas ações educativas e apoia a UEI no sentido de dividir responsabilidades, tendo em vista que a educação é um processo coletivo e de compromisso social. Tendo como foco principal a aproximação da família para o melhor resultado na administração escolar e enriquecimento do aprendizado da criança.

O diário de bordo foi uma ferramenta de suma importância para a obtenção dos dados apresentados durante o estudo, pois através dele que se pode observar a frequência com que os familiares participavam das atividades proposta pela escola. O diário de bordo sinalizou para o gestor quais providências deveriam ser tomadas para que os familiares interagissem mais com o ambiente escolar que suas crianças estavam inseridas e assim poder desenvolver projetos que incentivassem ainda mais essa participação da comunidade com a escola.

O presente estudo focou em estudar somente os aspectos pedagógicos, no que diz respeito a educação infantil no campo, bem como a participação das famílias no cotidiano escolar dos alunos e sua importância para o processo de ensino e aprendizagem. Neste sentido, é necessário a realização de estudos futuros que aprofundem ainda mais os conceitos sobre o tema na busca de novos paradigmas para a Educação Infantil do Campo.

Desta forma, os resultados encontrados contribuem significativamente para que novos estudos sejam realizados, uma vez que possibilitaram ter uma visão mais holística sobre o tema pesquisado. De posse de tais resultados, a unidade de Educação Infantil estudada, pode desenvolver ações para a melhoria da participação da família no cotidiano dos alunos, trabalhando isoladamente cada ator deste processo, no caso gestor, professor e família.

A presente pesquisa não se resume somente aos dados apresentados, visto que há muito do que se desenvolver em relação a Gestão escola, principalmente no que diz respeito a educação infantil do campo, uma vez que a sociedade em geral e familiares de alunos devem e precisam participar mais ativamente da vida escolar das crianças e também na gestão escolar já que a mesma é democrática e participativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araújo, L. C. G (2004). Teoria Geral da Administração: aplicação e resultados nas empresas brasileiras. Ed Atlas, SP.
- Barbosa, M. C. S (2009). Práticas cotidianas na educação infantil: bases para a reflexão sobre orientações curriculares. Brasília, DF.
- Bhering, E; De Nez, T. B (2002). Envolvimento de pais em creche: possibilidades e dificuldades de parceria. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, vol. 18, nº. 1, jan./abr. 2002. p. 63-73. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722002000100008&lng=pt&nrm=iso
- Bordignon, G (2005). Gestão democrática da escola cidadã. In. Ceará. SEDUC. Novos paradigmas de gestão escolar. Fortaleza: edições. SEDUC, p. 27-46.
- Chiavenato, I (2003). Introdução à teoria geral da administração: uma revisão abrangente da moderna administração das organizações – 7. ed. rev. e. atual. – Rio de janeiro: Elsevier.
- De Angelo, A (2011). O espaço-tempo da fala na Educação Infantil: a roda de conversa como dispositivo pedagógico. In.: ROCHA, Eloisa Acires Candal; KRAMER, Sonia (Orgs.). Educação Infantil: enfoques em diálogo. Campinas, SP: Papirus, 2011.
- Dominico E; Lira A. C. M (2014). A infância e o brincar: O lugar da ludicidade na vida das crianças do campo. Cadernos da Pedagogia. São Carlos, Ano 8 v.8 n.15, p. 18-30, jul-dez. ISSN: 1982-4440.
- Dowbor, L (2008). Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- Dutra, J. S (2002). Gestão de Pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas. São Paulo: Atlas.
- Fernandes, B. M; Cerioli, P. R; Caldart, R. S (2005). Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2005.
- Freire, P (2000). Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP.
- Gil, A. C. (1999). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, p. 43.
- Kosik, K (1976). Dialética do concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- kotler, P (1992). Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle. 2. Ed. São Paulo: editora atlas.
- Lacombe, F. J. M (2003). Administração: princípios e tendências. – São Paulo: Saraiva.
- Lahire, B. (2006) La Condition littéraire: la double vie des écrivains. Paris : La Découverte.
- Lück, H. (2006) Gestão participativa na escola. Petrópolis: Vozes, 2006.
- _____, H (2009). Dimensões da gestão escolar e suas competências. Curitiba: Positivo.
- _____, H (2014). Liderança em gestão escolar. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, p. 69-71.
- Ludke, M e André, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Maximiano, A. A (2002). Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital. Ed Atlas.
- Molina, M.C. (Org.). (2006). Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Moreira, M. A (2012). Aprendizagem significativa: a teoria e textos complementares. São Paulo: Livraria Editora da Física.
- Munarim, A. (2008). Movimento nacional de educação do campo: uma trajetória em construção. 17f. Trabalho apresentado no GT 3: Movimentos sociais e educação, 31ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, MG. Disponível em: Acesso em: 6 nov. 2008. SANFELICE, J.L. Da escola estatal burguesa à escola democrática e
- Nascimento, M. E. P. (2010). Os profissionais da educação infantil e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: FARIA A. L. G.; PALHARES, M. S. (Orgs.). Educação Infantil Pós-LDB: Rumos e Desafios. Campinas, SP: Autores Associados.
- Ortiz, G (2000). Adaptação e Acolhimento: Um cuidado inerente ao projeto educativo da instituição e um indicador de qualidade do serviço prestado pela instituição. Disponível em: < <http://revistaescola.abril.com.br/gestaoescolar/acolhida-cisele-ortiz.pdf> > Acesso em: 05 de abr. 2016.
- Park, K. H (1997). Introdução ao estudo da administração. São Paulo: Pioneira, 1997.
- Paro, V. H (2001). Gestão democrática na escola pública. São Paulo: Ática.
- Paro, V. H (2003). Gestão democrática da escola pública. SP: Ed. Ática, 2003. p. 15-27; p. 81-82

Portela, A. L e Atta, D. M. A (2001). A dimensão pedagógica da gestão da educação. In: RODRIGUES, Maristela Marques, GIÁCIO, Mônica (orgs.). PRASEM III. Guia de consulta. Brasília. FUNDESCOLA. MEC. p. 119-158.

Reda, M. G; Ujiie, N. T (2009). A Educação Infantil e o Processo de Adaptação: as concepções de educadoras da infância. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. Disponível em: < http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2496_1090.pdf > Acesso em: 05 de abr. 2016.

Ribeiro, M. (2007). Educação do campo: a emergência de contradições. In: GRACINDO, R.V. (Org.). Educação como exercício de diversidade: estudos em campos de desigualdades sócio-educacionais. Brasília, DF: Líber Livro, p. 153-170.

Seabra, K; Sousa, S (2010). Educação Infantil. Volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ.

Silva, R. O (2001). Teorias da administração. São Paulo: Editora Pioneira Thomsom Learning.

Souza, M. C. B. R. (2007). A concepção de criança para o Enfoque Histórico-Cultural. 154 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília.

Souza, M.A. (2007b). A pesquisa sobre educação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) nos Programas de Pós-Graduação em Educação. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 36, p. 443-461, set./dez.

Souza, M. A (2006). Educação do Campo. Propostas e práticas pedagógicas do MST. Petrópolis: Vozes.

Souza, A. R (2012). A natureza política da gestão escolar e as disputas pelo poder na escola. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.17, n. 49,p. 159-174, jan.-abr.

Staccioli, G (2013). Diário do acolhimento na escola da infância. 1. Ed. São Paulo: Autores Associados.

Stoner, J A. F.; Freeman, R. E (1999) Administração. 5 ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil.

Tiriba, L (2010). Crianças da Natureza. In Consulta Pública, Ministério da ip Educação e do Desporto. Coordenadoria de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 2010

Triviños, A. N. S. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.

Vasconcellos, A. F (2004). Processos de trocas intra-organizacionais: atualizando o conceito de marketing interno. Revista de Gestão USP. Caderno de Pesquisas em Administração, v.11, n.1, p. 37-50.

Yin, R (2001). Estudo de caso: planejamento e métodos. 2a ed. Porto Alegre: Bookman.

Zabalza, M. A. (2004). Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Artmed.

APÊNDICES

APÊNDICE I – MATRIZ DE CONSTRUÇÃO DE INQUÉRITO COM A FAMÍLIA

Tema da questão do questionário	Fundamentação/embasamento teórica(o)	Questão do questionário	Objetivo da questão do questionário	Questão de pesquisa	Objetivo de pesquisa
Dados biográficos dos respondentes		<p>1- O que você é da criança?</p> <p><input type="checkbox"/> Pai ou padrasto.</p> <p><input type="checkbox"/> Mãe ou madrasta.</p> <p><input type="checkbox"/> Avó/avô.</p> <p><input type="checkbox"/> Irmã/irmão.</p> <p><input type="checkbox"/> Outro parentesco.</p> <p>2- Qual é o grau de escolaridade da mãe da criança?</p> <p><input type="checkbox"/> Não estudou.</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (1ª a 4ª série).</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino Fundamental (5ª a 8ª série).</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino Médio (antigo 2º grau).</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino Superior (Faculdade).</p> <p><input type="checkbox"/> Não sei.</p> <p>3- A mãe da criança trabalha fora de casa?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. Onde: _____</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p> <p>4- Na casa onde a criança mora tem água encanada?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p> <p>5- A casa onde a criança mora é:</p> <p><input type="checkbox"/> Própria.</p> <p><input type="checkbox"/> Alugada.</p> <p><input type="checkbox"/> Cedida.</p> <p><input type="checkbox"/> Outra.</p>	Caracterizar os Respondentes		

Relação família/escola	Alves(2002) Souza(2007)	<p>6- Sua família sente-se bem recebida pela equipe da UEI?</p> <p><input type="radio"/> Sim, sempre.</p> <p><input type="radio"/> Sim, na maior parte das vezes.</p> <p><input type="radio"/> Não.</p>	Abrir as portas da escola para os pais, fazendo com que eles se sintam à vontade para participar de atividades culturais, esportivas, entre outras.	De que modo família e escola de educação infantil em processo de colaboração podem melhorar a qualidade da educação?	Investigar a relação da família e escola de educação infantil em processo de colaboração para a melhoria da qualidade da educação.
Relação família/escola	Alves(2002) Souza(2007)	<p>7- As reuniões na UEI são realizadas em horários em que a maioria das famílias pode participar?</p> <p><input type="radio"/> Sim, sempre.</p> <p><input type="radio"/> Sim, na maior parte das vezes .</p> <p><input type="radio"/> Não.</p> <p>8- O horário de funcionamento da UEI atende às necessidades da sua família?</p> <p><input type="radio"/> Sim.</p> <p><input type="radio"/> Não.</p> <p>9- O calendário da UEI atende às necessidades da sua família?</p> <p><input type="radio"/> Sim.</p> <p><input type="radio"/> Não.</p> <p>10- As professoras conhecem as crianças pelo nome?</p> <p><input type="radio"/> Sim.</p>			

		<p><input type="radio"/> Não.</p> <p>11- A diretora conhece a criança pelo nome?</p> <p><input type="radio"/> Sim.</p> <p><input type="radio"/> Não.</p> <p>12- Durante o ano, a família recebe relatórios/informações sobre a criança?</p> <p><input type="radio"/> Sim.</p> <p><input type="radio"/> Não.</p> <p>13- Quando uma criança começa a freqüentar a UEI, alguém da família pode permanecer ao lado dela até que ela se acostume?</p> <p><input type="radio"/> Sim.</p> <p><input type="radio"/> Não.</p> <p><input type="radio"/> Não sei responder.</p>			
Relação família/escola	Alves(2002) Souza(2007)	<p>14- Quando uma criança começa a freqüentar a UEI, os pais recebem informações sobre o funcionamento da instituição?</p> <p><input type="radio"/> Sim.</p> <p><input type="radio"/> Não.</p> <p><input type="radio"/> Não sei responder.</p> <p>15- A UEI acolhe bem as crianças com deficiência/necessidade especial?</p> <p><input type="radio"/> Sim.</p> <p><input type="radio"/> Não.</p> <p><input type="radio"/> Não sei.</p> <p>16- Como você avalia a gestão da UEI?</p> <p>17- Você considera a relação da gestora com as</p>			

		<p>famílias?</p> <p>18- Se você pudesse mudar ou sugerir mudanças a gestora da UEI o que você sugeria?</p> <p>19- O que você acha que está bom na gestão da UEI?</p> <p>20- Gostaria de fazer algum outro comentário sobre esta UEI?</p>			
--	--	--	--	--	--

APÊNDICE II – MATRIZ DE CONSTRUÇÃO DE INQUÉRITO COM O PROFESSOR

Tema da questão do questionário	Fundamentação/embasamento teórica(o)	Questão do questionário	Objetivo da questão do questionário	Questão de pesquisa	Objetivo de pesquisa
Dados biográficos dos respondentes		1- Qual a sua idade? 2- Qual é sua formação acadêmica? 3- Quanto tempo exerce o cargo atual?	Caracterizar o Respondente		
Formação docente	Alves (2002-2007) Dowbor (2008) Lück (2009) Oliveira (2002) Staccioli (2013) Zabalza (2004)	4- De que forma você acolhe as famílias em sala de aula? 5- Como é sua relação com os pais das crianças acolhidas em sua sala de aula? 6- Você acha importante que o professor crie um elo com as famílias? Por quê? 7- Professora sente-se com conhecimentos suficientes para a especificidade do trabalho pedagógico na educação de crianças e bebês? Justifique? 8- Está participando de alguma formação? 9- Se sim, está participando por necessidade e/ou satisfação? 10- O que aponta como evidência da apropriação e ampliação de conhecimentos nas formações realizadas, o que mudou em sua concepção sobre práticas pedagógicas com crianças pequenas e participação das famílias?	Conhecer a atuação do professor na relação com a família; Diagnosticar necessidades de formação do professor para atuar na Educação Infantil; Identificar as ações da prática gestora que contribuem para a inserção das famílias de uma escola de educação infantil do campo nos processos de gestão.	Quais as ações da prática gestora que contribuem para a inserção das famílias de uma escola de educação infantil do campo nos processos de gestão participativa?	Analisar as ações da prática gestora que contribuem para a inserção das famílias de uma escola de educação infantil do campo nos processos de gestão participativa.

Tema da questão do questionário	Fundamentação/embasamento teórica(o)	Questão do questionário	Objetivo da questão do questionário	Questão de pesquisa	Objetivo de pesquisa
Formação docente	Alves (2002-2007) Dowbor (2008) Lück (2009) Oliveira (2002) Staccioli (2013) Zabalza (2004)	<p>11- A gestora promove reuniões pedagógicas diárias, semanal e/ou mensal e nos momentos de reunião/orientação pedagógica, tanto coletivos como individuais, quais são os assuntos abordados com maior frequência?</p> <p>12- A gestora faz acompanhamento pedagógico na organização e sistematização do calendário anual, plano de ação, bem como os projetos pedagógicos bimestral das turmas na instituição, e nesse sentido recebe alguma assessoria/supervisão/ acompanhamento pedagógico externo?</p> <p>13- O gestor acompanha e orienta os profissionais sobre práticas pedagógicas de humanização com as a crianças utilizando o encorajamento, sugestões e elogios descritivos na efetivação da proposta pedagógica, na legitimidade de uma gestão democrática em favor ao direito da criança?</p>			

APÊNDICE III –MATRIZ DE CONSTRUÇÃO DE INQUÉRITO PARA O GESTOR/COORDENADOR(A)

Tema da questão do questionário	Fundamentação/embasamento teórica(o)	Questão do questionário	Objetivo da questão do questionário	Questão de pesquisa	Objetivo de pesquisa
Dados biográficos dos respondentes	Ludke(2009)	1- Qual a sua idade? 2- Qual é sua formação acadêmica? 3- Há quanto tempo exerce o cargo atual?	Caracterizar os respondentes		
Gestão democrática	Barbosa (2001) Nonato (2009) Paro (2003) Souza (1996) Vasconcellos (2004)	4- A gestora faz acompanhamento pedagógico na organização e sistematização do calendário anual, plano de ação, bem como os projetos pedagógicos bimestral das turmas na instituição, e nesse sentido recebe alguma assessoria/supervisão/acompanhamento pedagógico externo? 5- O gestor acompanha e orienta os profissionais sobre práticas pedagógicas de humanização com as crianças utilizando o encorajamento, sugestões e elogios descritivos na efetivação da proposta pedagógica, na legitimidade de uma gestão democrática em favor ao direito da criança? 6- Diante das experiências como gestora, qual seu olhar sobre a gestão democrática na instituição? 7- Como acontece o acolhimento das famílias nos espaços educativos?			

APÊNDICE IV – QUESTIONÁRIO COM A FAMÍLIA

QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS QUESTÕES PARA A FAMÍLIA

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS (ULHT)

Mestrado em Gestão Educacional

Aluna: Rosa Maria Alves da Costa

Professora: Dra. Ana Paula Silva

Tema: Gestão escolar na educação infantil do campo na Ilha de Mosqueiro. Belém/Pará/
Brasil: um estudo de caso

QUESTIONÁRIO PARA AS FAMÍLIAS

1- O que você é da criança?

- ☐ Pai ou padrasto.
- ☐ Mãe ou madrastra.
- ☐ Avó/avô.
- ☐ Irmã/irmão.
- ☐ Outro parentesco. Qual? _____

2- Qual é o grau de escolaridade da mãe da criança?

- ☐ Não estudou.
- ☐ Ensino Fundamental (1ª a 4ª série).
- ☐ Ensino Fundamental (5ª a 8ª série).
- ☐ Ensino Médio (antigo 2º grau).
- ☐ Ensino Superior (Faculdade).
- ☐ Não sei.

3- A mãe da criança trabalha fora de casa?

- ☐ Sim. Onde: _____
- ☐ Não.

4- Na casa onde a criança mora tem água encanada?

- ☐ Sim.
- ☐ Não.

5- A casa onde a criança mora é:

- ☐ Própria.
- ☐ Alugada.
- ☐ Cedida.
- ☐ Outra.

6- Sua família sente-se bem recebida pela equipe da UEI?

- ☐ Sim, sempre.
- ☐ Sim, na maior parte das vezes.
- ☐ Não.

7-As reuniões na UEI são realizadas em horários em que a maioria das famílias pode participar?

- ☐ Sim, sempre.
- ☐ Sim, na maior parte das vezes .
- ☐ Não.

8- O horário de funcionamento da UEI atende às necessidades da sua família?

- ☐ Sim.
- ☐ Não.

9- O calendário da UEI atende às necessidades da sua família?

- ☐ Sim.
- ☐ Não.

10- As professoras conhecem as crianças pelo nome?

- ☐ Sim.
- ☐ Não.

11- A diretora conhece a criança pelo nome?

- ☐ Sim.
- ☐ Não.

12- Durante o ano, a família recebe relatórios/informações sobre a criança?

- ☐ Sim.
- ☐ Não.

13- Quando uma criança começa a frequentar a UEI, alguém da família pode permanecer ao lado dela até que ela se acostume?

- ☐ Sim.
- ☐ Não.
- ☐ Não sei responder.

14- Quando uma criança começa a frequentar a UEI, os pais recebem informações sobre o funcionamento da instituição?

- ☐ Sim.
- ☐ Não.
- ☐ Não sei responder.

15- A UEI acolhe bem as crianças com deficiência/necessidade especial?

- ☐ Sim.
- ☐ Não.
- ☐ Não sei.

16- Como você avalia a gestão da UEI?

17- Você considera boa a relação da gestora com as famílias?

18- Se você pudesse mudar ou sugerir mudanças à gestora da UEI, o que você sugeria?

19- O que você acha que está bom na gestão da UEI?

20- Gostaria de fazer algum outro comentário sobre esta UEI?

Agradecemos sua colaboração ao responder a este questionário.

APÊNDICE V – ENTREVISTA COM OS PROFESSORES
ENTREVISTA DE COLETA DE DADOS
QUESTÕES PARA OS PROFESSORES

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS (ULHT)

Mestrado em Gestão Educacional

Aluno: Rosa Maria Alves da Costa

Professora: Dra. Ana Paula Silva

Tema: Gestão escolar na educação infantil do campo na Ilha de Mosqueiro Belém/Pará/Brasil:
um estudo de caso

ENTREVISTA PARA OS PROFESSORES DA UNIDADE

1. Qual a sua idade?
2. Qual é sua formação acadêmica?
3. Quanto tempo exerce o cargo atual?
4. De que forma você acolhe as famílias em sala de aula?
5. Como é sua relação com os pais das crianças acolhidas em sua sala de aula?
6. Você acha importante que o professor crie um elo com as famílias? Por quê?
7. Professora sente-se com conhecimentos suficientes para a especificidade do trabalho pedagógico na Educação de crianças e bebês? Justifique?
8. Está participando de alguma formação?
9. Se sim, está participando por necessidade e/ou satisfação?
10. O que aponta como evidência da apropriação e ampliação de conhecimentos nas formações realizadas, o que mudou em sua concepção sobre práticas pedagógicas com crianças pequenas e participação das famílias?
11. A gestora promove reuniões pedagógicas diárias, semanal e/ou mensal e nos momentos de reunião/orientação pedagógica, tanto coletivos como individuais quais são os assuntos abordados com maior frequência?
12. A gestora faz acompanhamento pedagógico na organização e sistematização do calendário anual, plano de ação, bem como os projetos pedagógicos bimestral das turmas na instituição, e nesse sentido recebe alguma assessoria/supervisão/acompanhamento pedagógico externo?
13. O gestor acompanha e orienta os profissionais sobre práticas pedagógicas de humanização com as crianças utilizando o encorajamento, sugestões e elogios descritivos na efetivação da proposta pedagógica, na legitimidade de uma gestão democrática em favor ao direito da criança?

XII

APÊNDICE VI – QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS (ULHT)

Mestrado em Gestão Educacional

Aluno: Rosa Maria Alves da Costa

Professora: Dra. Ana Paula Silva

Tema: Gestão Escolar na Educação Infantil do Campo na Ilha de Mosqueiro. Belém/Pará/Brasil: um estudo de caso.

QUESTIONÁRIO PARA O GESTOR/ COORDENADOR(A) DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

- 1- Qual a sua idade?
- 2- Qual é sua formação acadêmica?
- 3- Há quanto tempo exerce o cargo atual?
- 4- Quais as estratégias utilizadas em sua gestão para intensificar as relações entre família e escola de educação infantil?
- 5- Quais as organizações pedagógicas e administrativas da gestão para oferecer as crianças e famílias um ambiente estético agradável?
- 6- Quais são os encaminhamentos necessários para orientação dos professores, no que tange ao registro individual de avaliação sobre o desenvolvimento das crianças e participação das famílias?
- 7- A gestora promove reuniões pedagógicas diárias, semanal e/ou mensal e nos momentos de reunião/orientação pedagógica, tanto coletivos como individuais, quais são os assuntos abordados com maior frequência?
- 8- Sobre a gestão, o que você considera importante ter no plano de ação do gestor da instituição da Educação Infantil?
- 9- A gestora faz acompanhamento pedagógico na organização e sistematização do calendário anual, plano de ação, bem como os projetos pedagógicos bimestral das turmas na instituição, e nesse sentido recebe alguma assessoria/ supervisão/ acompanhamento pedagógico externo?
- 10- O gestor acompanha e orienta os profissionais sobre práticas pedagógicas de humanização com as crianças utilizando o encorajamento, sugestões e elogios descritivos na efetivação da proposta pedagógica, na legitimidade de uma gestão democrática em favor ao direito da criança?
- 11- Diante das experiências como gestora, qual seu olhar sobre a gestão democrática na instituição? XIV
- 12- Como acontece o acolhimento das famílias nos espaços educativos?

APÊNDICE VII – MATRIZ ANÁLISE DE CONTEUDO FAMÍLIA

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	UNIDADE DE REGISTRO	UNIDADE DE ENUMERAÇÃO
Dados biográficos dos respondentes	<p>O que você é da criança?</p> <p>Qual é o grau de escolaridade da mãe da criança?</p> <p>A mãe da criança trabalha fora de casa</p> <p>Na casa onde a criança mora tem água encanada</p> <p>A casa onde a criança mora é:</p>	<p>- Tia, mãe, mãe adotiva, avós.</p> <p>- Fundamental completo e incompleto.</p> <p>- Pescador aposentado, serviços gerais, domestica.</p> <p>- Sim, possui água encanada</p> <p>- Própria.</p>	<p>1, 2, 3, 4</p> <p>1, 2, 3, 4</p> <p>1, 2, 3, 4</p> <p>1, 2, 3, 4</p> <p>1, 2, 3, 4</p>
Relação família x escola	<p>Sua família sente-se bem recebida pela equipe da UEI?</p> <p>As reuniões na UEI são realizadas em horários em que a maioria das famílias pode participar?</p> <p>O horário de funcionamento da UEI atende às necessidades da sua família?</p> <p>O calendário da UEI atende às necessidades da sua família?</p> <p>As professoras conhecem as crianças pelo nome?</p> <p>a diretora conhece a criança pelo nome?</p> <p>Durante o ano, a família recebe relatórios/informações sobre a criança?</p> <p>Quando uma criança começa a frequentar a UEI, alguém da família pode permanecer ao lado dela até que ela se acostume?</p> <p>Quando uma criança começa a frequentar a UEI, os pais recebem informações sobre o funcionamento da instituição?</p> <p>A UEI acolhe bem as crianças com deficiência/necessidade especial?</p> <p>(Como você avalia a gestão da</p>	<p>- Sim.</p> <p>- Sim em horários adequados.</p> <p>- Sim.</p> <p>- Sim, atende as necessidades.</p> <p>- Sim, conhecem os alunos e procuram conhecer a família.</p> <p>- Sim.</p> <p>- Si, recebe todas as informações necessárias sobre as crianças.</p> <p>- Sim.</p> <p>- Sim, crianças especiais são bem acolhidas.</p> <p>- Gestão muito boa e participativa.</p> <p>- Acolhe bem todos e incentiva a participação dos responsáveis.</p> <p>- Boa e satisfatória.</p> <p>- Melhoramento da estrutura física da unidade.</p>	<p>1, 2, 3, 4</p> <p>1, 2, 3, 4</p> <p>1, 2, 3, 4</p> <p>1, 2, 3, 4</p> <p>1, 2, 3, 4</p> <p>1, 2, 3, 4</p> <p>1, 2, 3, 4</p> <p>1, 2, 3, 4</p> <p>1, 2, 3, 4</p> <p>1, 2, 3, 4</p> <p>1, 2, 3, 4</p>

	UEI?		1, 2, 3, 4
	Você considera boa a relação da gestora com as famílias?		1, 2, 3, 4
	<hr/>		
	Se você pudesse mudar ou sugerir mudanças a gestora da UEI o que você sugeria?		
	O que você acha que está bom na gestão da UEI?		
	Gostaria de fazer algum outro comentário sobre esta UEI?		
	<hr/>		

APÊNDICE VIII – MATRIZ ANÁLISE DE CONTEUDO PROFESSOR

Categorias	Subcategorias	Unidade de registro	Unidade de enumeração
Dados biográficos dos respondentes	Qual a sua idade? Qual é sua formação acadêmica? Quanto tempo exerce o cargo atual?	- 33, 56, 30, 33 - Pedagogia, especialização em educação infantil. - 6, 15, 2, 3 anos	1, 2, 3, 4 1, 2, 3, 4 1, 2, 3, 4 1, 2, 3, 4
Atuação do docente na relação com a família	De que forma você acolhe as famílias em sala de aula? Como é sua relação com as pais das crianças acolhidas em sua sala de aula? Você acha importante que o professor crie um elo com as famílias? Por quê? Professora sente-se com conhecimentos suficientes para a especificidade do trabalho pedagógico na educação de crianças e bebês? Justifique?	- Diálogo - Satisfatória - Sim - Em parte, pois sempre é necessário investir em conhecimento.	1, 2, 3, 4 1, 2, 3, 4 1, 2, 3, 4 1, 2, 3, 4
Formação docente	Está participando de alguma formação? Se sim, está participando por necessidade e/ou satisfação? O que aponta como evidência da apropriação e ampliação de conhecimentos nas formações realizadas, o que mudou em sua concepção sobre práticas pedagógicas com crianças pequenas e participação das famílias? A gestora promove reuniões pedagógicas diárias, semanal e/ou mensal e nos momentos de reunião/orientação pedagógica, tanto coletivos como individuais quais são os assuntos abordados com maior frequência? A gestora faz acompanhamento pedagógico na organização e sistematização do calendário anual, plano de ação, bem como os projetos pedagógicos bimestral das turmas na instituição, e nesse sentido recebe alguma assessoria/supervisão/acompanhamento pedagógico externo?	- Sim, cursos e especialização - Sim, promove mensalmente e sempre que necessário. - O acompanhamento é realizado sempre que necessário. - O gestor orienta em todas as atividades os professores.	1, 2, 3, 4 1, 2, 3, 4 1, 2, 3, 4 1, 2, 3, 4

	<p>o gestor acompanha e orienta os profissionais sobre práticas pedagógicas de humanização com as a crianças utilizando o encorajamento, sugestões e elogios descritivos na efetivação da proposta pedagógica, na legitimidade de uma gestão democrática em favor ao direito da criança?</p>		
--	--	--	--

APÊNDICE IX – MATRIZ ANÁLISE DE CONTEUDO GESTOR

Categorias	Subcategorias	Unidade de registro	Unidade de enumeração
Dados biográficos dos respondentes	Qual seu nome? Qual é sua formação acadêmica? Há quanto tempo exerce o cargo atual? Quais as estratégias utilizadas em sua gestão para intensificar as relações entre família e escola de educação infantil? Quais as organizações pedagógicas e administrativas da gestão para oferecer as crianças e famílias um ambiente estético agradável? Quais são os encaminhamentos necessários para orientação dos professores, no que tange ao registro individual de avaliação sobre o desenvolvimento das crianças e participação das famílias?	- Telma Lucia de Jesus Rêgo, 48 anos. - Pós-graduação. - 1 ano e 6 meses como gestora. - Reuniões e conversas individuais. - Limpeza do ambiente interno e externo. - Avaliar através da linguagem. .	GESTOR
Gestão Democrática	A gestora promove reuniões pedagógicas diárias, semanal e/ou mensal e nos momentos de reunião/orientação pedagógica, tanto coletivos como individuais, quais são os assuntos abordados com maior frequência? Sobre a gestão, o que você considera importante ter no plano de ação do gestor da instituição da Educação Infantil? A gestora faz acompanhamento pedagógico na organização e sistematização do calendário anual, plano de ação, bem como os projetos pedagógicos bimestral das turmas na instituição, e nesse sentido recebe alguma assessoria/supervisão/acompanhamento pedagógico externo? O gestor acompanha e orienta os profissionais sobre práticas pedagógicas de humanização com as a crianças utilizando o encorajamento, sugestões e elogios descritivos na efetivação da proposta pedagógica, na legitimidade de uma gestão democrática em favor ao direito da criança? Diante das experiências como gestora qual seu olhar sobre a gestão democrática na instituição? Como acontece o acolhimento das famílias nos espaços educativos.	- Reuniões mensais - Estratégias para maior participação das famílias nas atividades. - Sim, juntamente com as professoras. - Através da conversa sobre afetividade. - Máximo contato com a família para conhecer a realidade de cada um.	GESTOR